



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**DO NARIZ DE CERA AO LIDE:
EXPERIÊNCIAS NARRATIVAS NO DIÁRIO CARIOCA**

VÍTOR HUGO DOS SANTOS ANASTÁCIO

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**DO NARIZ DE CERA AO LIDE:
EXPERIÊNCIAS NARRATIVAS NO DIÁRIO CARIOCA**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/Jornalismo.

VÍTOR HUGO DOS SANTOS ANASTÁCIO

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristiane Henriques Costa

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Do nariz de cera ao lide: experiências narrativas no Diário Carioca**, elaborada por Vítor Hugo dos Santos Anastácio.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia 13/12/2016

Comissão Examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristiane Henriques Costa

Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ

Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof.^a Dra. Marialva Carlos Barbosa

Doutora em História pelo Departamento de História - UFF

Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Nilo Sergio Silva Gomes

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ

Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

ANASTÁCIO, Vítor Hugo dos Santos.

Do nariz de cera ao lide: experiências narrativas no Diário Carioca. Rio de Janeiro, 2016.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientadora: Cristiane Henriques Costa

ANASTÁCIO, Vítor Hugo dos Santos. **Do nariz de cera ao lide: experiências narrativas no Diário Carioca**. Orientadora: Cristiane Henriques Costa. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho apresenta a trajetória do Diário Carioca (DC), que circulou entre 1928 e 1965, ao mesmo tempo em que contextualiza a imprensa brasileira ao longo deste período e as transformações pelas quais ela passou. O DC foi um combativo matutino fundado por José Eduardo de Macedo Soares, capaz de ilustrar tanto a influência francesa no jornalismo do país, marcada pelo estilo retórico do nariz de cera, quanto a chegada definitiva do modelo norte-americano, baseado no lide e na pirâmide invertida, em busca da objetividade. O manual de redação desenvolvido em 1950 pelo chefe de redação do DC, Pompeu de Sousa, é descrito em estudos e também nos depoimentos de profissionais que participaram de sua reforma como uma ruptura em relação ao que era feito até então. O trabalho investiga até que ponto essa iniciativa pode ser considerada inédita, apontando o processo de mudanças na imprensa ao longo da primeira metade do século XX, sob a influência de guerras, de crises políticas e econômicas e do modernismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, cuja fé é minha força e motivação diária.

À minha família, que nunca mediu esforços para me oferecer a melhor educação possível, tanto na escola quanto dentro de casa; que sempre deixou claro que nossa realidade dificultava que eu alcançasse meu sonho de morar no Rio de Janeiro e estudar na UFRJ, e que hoje celebra comigo cada vitória. Em especial, à minha mãe, pelo estímulo e pelo brilho nos olhos no dia a dia, mostrando toda a garra, determinação e poder de uma mulher; ao meu pai, pelo exemplo de superação, como prova de que a vida sempre tem uma nova chance para nos oferecer; ao meu irmão, meu presente e motivo de enorme orgulho, por sempre confiar em mim; e aos meus avós, maternos e paternos (*in memoriam*), pela dedicação e por tanto amor.

Aos meus amigos de Divinópolis (MG), que me ouviram falar incansáveis vezes sobre meus sonhos, e aos meus amigos do Rio de Janeiro (RJ), que hoje vivem comigo esses sonhos.

Aos professores e funcionários do Centro Educacional Jean Piaget e do Colégio Roberto Carneiro, de Divinópolis, por terem alicerçado as bases de um futuro que hoje já se faz presente.

Aos professores e funcionários da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por tudo que me ensinaram e pela formação crítica que aguçou ainda mais o meu lado questionador. Em especial, à minha orientadora, Cristiane Costa, que desde o início da minha trajetória na universidade apostou em mim, pelos conselhos, pelo apoio e pelo carinho ao longo de todo esse período, deixando sempre transparecer a sua paixão por ensinar.

E, ainda, a todos os profissionais do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, do jornal Metro e da Rede Globo, meus três estágios ao longo dessa trajetória na universidade, por confiarem em meu trabalho e por todo o aprendizado na prática diária do Jornalismo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. SURGE O DIÁRIO CARIOCA	6
2.1 A imprensa brasileira na década de 1920	6
2.2 De José Eduardo de Macedo Soares a Horácio de Carvalho Júnior	14
2.3 O nariz de cera e a influência francesa	20
3. MUDANÇAS NA PRÁTICA JORNALÍSTICA	28
3.1 O desenvolvimento da imprensa nos Estados Unidos	28
3.2 A chegada do modelo americano de jornalismo	34
3.3 A consolidação: o manual de redação	41
3.4 Da pretensão de crescimento à decadência	50
4. CONCLUSÃO	54
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
6. ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

Na década de 1920, quando o sensacionalismo era uma das principais marcas da imprensa brasileira, foi fundado pelo ex-deputado José Eduardo de Macedo Soares o combativo Diário Carioca (DC). Publicado entre 1928 e 1965, o jornal foi criado com o intuito de fazer oposição ao presidente Washington Luís e defender o fim da “política do café-com-leite”, em que as oligarquias paulista e mineira se alternavam no poder durante a República Velha (1889-1930).

A quebra da Bolsa de Nova York em 1929 agravou no Brasil a crise do café, principal produto de exportação da época, gerando desentendimentos entre os próprios paulistas e mineiros, beneficiários dos lucros e maiores afetados pelo desequilíbrio da balança comercial. Nesse cenário, o DC e grande parte da imprensa apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas para a Presidência da República via Aliança Liberal, uma união entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que perdeu as eleições. Após o assassinato de João Pessoa no Recife, a crise política se acentuou, culminando na chegada de Vargas ao poder por meio da Revolução de 1930 – mas não demorou muito para que o novo governo perdesse o apoio do DC.

Ainda que naquele momento a imprensa no Brasil já estivesse se estruturando como uma empresa, visando ao lucro, a principal razão da existência do pequeno jornal de Macedo Soares sempre foi a luta política, sobretudo em seus ferrenhos editoriais, que se tornaram uma das principais características do matutino. Em seus textos, o irreverente e irônico DC privilegiava gêneros como a crônica, o artigo e o comentário em meio aos relatos noticiosos, que por isso costumavam ganhar tons críticos e até mesmo agressivos – um reflexo da influência francesa no jornalismo brasileiro, acentuada desde a chegada da agência de notícias Havas, em 1874

Tanto na França quanto no Brasil, os lucros com vendas avulsas e anúncios publicitários não eram suficientes para custear as despesas. A imprensa era financiada pelo próprio Estado ou grupos ligados ao poder, devido à sua força como instrumento político. Por isso, os jornais eram diferenciados a partir dos seus diversos matizes ideológicos.

O nariz de cera, que narrava os acontecimentos em ordem cronológica, em meio a comentários e adjetivações, era uma das principais marcas da influência francesa no país. A forte presença de literatos nas redações, em busca de prestígio e visibilidade, contribuía para isso – era uma forma de exercerem seu ofício e serem remunerados para isso, ainda que

os salários fossem baixos. Esse estilo seria mantido até a década de 1950, quando se consolidou a chegada das técnicas norte-americanas ao Brasil, baseadas no lide e na pirâmide invertida, em busca da objetividade.

Este trabalho tem o objetivo de investigar como se deu essa transição do nariz de cera para o lide na imprensa brasileira, ou seja, a passagem do modelo francês para o estadunidense. A escolha do Diário Carioca se deu pelo fato de ele ser considerado, de acordo com os relatos de jornalistas da época, pioneiro na adoção de um manual de redação inspirado na técnica norte-americana. Uma das questões que se buscará responder é: até que ponto as mudanças na prática jornalística introduzidas pelo DC podem ser consideradas “revolucionárias” e por que se criou essa mítica em torno dele?

A hipótese deste estudo é que o manual de redação serviu para demarcar o processo de transformação da imprensa brasileira em busca de maior isenção, que já estava em andamento. Sua importância talvez esteja justamente no fato de ter finalmente oficializado o rompimento com a tradição narrativa francesa, servindo de inspiração para que outros jornais fizessem, posteriormente, o mesmo.

O interesse por esse tema surgiu a partir de uma conversa em 2014 com a orientadora do trabalho, Cristiane Costa, sobre a vontade de aprofundar melhor a compreensão dessa questão. O lide e a pirâmide invertida permanecem como principal referência na prática jornalística e até hoje são ensinados nas universidades e utilizados no trabalho diário dentro das redações. Mas como era o nariz de cera, na prática? O desejo de ir em busca de exemplos do uso desse recurso no século XX foi outra motivação para este estudo.

Durante o processo de pesquisa bibliográfica, percebemos que há muito mais abordagens no meio acadêmico sobre a presença do modelo estadunidense no Brasil e questões relacionadas à objetividade do que sobre o jornalismo francês e sua influência no país. Porém, por meio da leitura de autores que são referências em história da imprensa, como Sodré (1999), Bahia (2009), Barbosa (2007) e Ribeiro (2007), foi possível ampliar o leque bibliográfico e encontrar mais textos relacionados ao tema, que serão apresentados e confrontados ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Uma ferramenta que auxiliou bastante esta pesquisa sobre o Diário Carioca, sobretudo para analisar os textos do jornal e coletar exemplos, foi a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O site disponibiliza *on-line* um vasto acervo de periódicos digitalizados, como o DC, democratizando o acesso à memória cultural e contribuindo para

sua preservação. É fascinante estar em contato com quase quatro décadas de produção jornalística na tela do computador, ainda que ao longo desse processo seja perdido o também fascinante contato manual com os exemplares. Os trechos coletados serão transcritos ao longo do desenvolvimento com sua grafia original e também apresentados como foram publicados, impressos, na seção de anexos.

Esta monografia se dividirá em duas partes, a primeira com três subcapítulos e a segunda com quatro. De um modo geral, a primeira parte (capítulo 2) abordará as duas primeiras décadas do DC e, a segunda (capítulo 3), as duas últimas décadas. Apesar disso, a divisão não foi pensada em termos temporais, mas sim de acordo com as diferentes experiências narrativas do DC.

A primeira parte deste trabalho pretende apresentar um breve panorama da imprensa brasileira nos anos 1920 para compreender o cenário em que o DC foi fundado. A própria década está inserida em um contexto mais amplo, já que desde 1880 os jornais passavam pela transição de uma estrutura artesanal para uma organização empresarial, em que o lucro tornou-se uma preocupação. Ainda assim, será impossível dissociar a imprensa da conjuntura política, considerando que ambos continuaram a se afetar direta e mutuamente, mesmo nos jornais-empresa.

Em seguida, serão explicadas as motivações de Macedo Soares para fundar o DC após voltar ao Brasil, considerando sua experiência anterior na imprensa com “O Imparcial”. Se a princípio seus editoriais defenderam a Aliança Liberal e a chegada de Getúlio Vargas à Presidência da República, por que ele se tornou oposição logo nos primeiros meses do governo provisório, em 1930? Como a imprensa, em especial o DC, lidou com o crivo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o período em que os poderes do presidente foram ampliados – o Estado Novo (1937-1945) – e a censura se intensificou? Também será discutida a conjuntura que levou à transferência da propriedade do matutino para Horácio de Carvalho Júnior, em 1932.

Ao final desta primeira parte, o trabalho irá se debruçar sobre a presença do modelo de jornalismo francês no país, naquele momento em que a cultura parisiense era a principal referência em nossa sociedade – a primeira regulamentação da profissão no Brasil só viria em 1938. Em ambos os países, o jornalismo era exercido por literatos que viam nele uma forma de ter seu trabalho amplamente divulgado, o que talvez explique a forte presença do nariz de cera. Além disso, a presença de bacharéis em Direito, por exemplo, também pode ter contribuído para uma linguagem hermética e empolada. Serão apresentados ainda

exemplos do estilo francês nas páginas do DC e do apelo à emoção característico do sensacionalismo da década de 1920.

A segunda parte do trabalho, por sua vez, abordará alguns motivos que fizeram o jornalismo norte-americano se constituir em torno de técnicas de apuração e redação baseadas em métodos científicos, ainda na primeira metade do século XIX. Enquanto na França e no Brasil havia a dependência de subornos e chantagens políticas para a manutenção da imprensa, nos Estados Unidos foi possível obter uma autonomia em relação ao governo graças aos altos lucros com publicidade. Tudo isso acontecia em meio ao processo de profissionalização e de constituição de uma classe jornalística, com práticas específicas, permeado pela ideia de que o jornalismo seria capaz de alcançar uma suposta objetividade.

Após essa apresentação, terá início a principal investigação do trabalho. Sabe-se que desde o início do século XX já havia certo esforço para separar a informação da opinião nas páginas dos jornais, mas como as técnicas estadunidenses chegaram ao Brasil? Foi apenas na década de 1950, e por meio do DC, ou houve tentativas anteriores de implantá-las no país? Por quê?

Desde 1945 o DC passava por mudanças no modo como as notícias eram narradas, nos títulos e também nas formas de tratamento, inclusive com apontamentos sobre como deveria ser o bom jornalismo em uma coluna chamada “Cartas a um foca” – enxuto, conciso, de modo a satisfazer a curiosidade do leitor logo nas primeiras linhas. Mostraremos que as “Regras de Redação do Diário Carioca”, redigidas durante o Carnaval de 1950 e colocadas em prática no mês de maio daquele ano, serviram para consolidar essas mudanças e ao mesmo tempo oficializar o discurso de que os participantes da “reforma” estavam transformando o fazer jornalístico.

O responsável pela elaboração do manual foi o chefe de redação do DC, Pompeu de Sousa, estimulado pela experiência profissional em duas rádios dos Estados Unidos e pelo estudo das técnicas para lecionar na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Serão apresentados os argumentos de um dos jornalistas que ficaram insatisfeitos com as mudanças, Nelson Rodrigues, o qual chamou Sousa de “pai dos idiotas da objetividade” em crítica à figura do *copy desk*, responsável por garantir a aplicação das regras do manual, que por sua vez estaria empobrecendo o texto.

Junto com o manual de redação e seguindo a mesma lógica de modernização dos anos 1950, a redação do DC mudou-se para um novo prédio com uma gráfica exclusiva – sede que foi vendida à Última Hora de Samuel Wainer um ano e meio depois. Esta segunda

parte apresentará os motivos da venda e como diferentes autores analisam os prováveis motivos do seu declínio em 1965, ano seguinte ao golpe militar, mas que teve início pouco depois das reformas de 1950.

2. SURGE O DIÁRIO CARIOCA

O Diário Carioca (DC) foi fundado em 1928, na década em que o sensacionalismo era uma das principais marcas do jornalismo brasileiro e a influência francesa na elaboração das notícias continuava presente – ainda que, desde o início do século, tenha tido início uma progressiva separação entre a informação e a opinião, consolidada em 1950 pelo próprio DC. Este capítulo propõe apresentar um breve panorama da imprensa nos anos 1920 para contextualizar o nascimento do combativo periódico de José Eduardo de Macedo Soares e os desdobramentos que levaram à transferência de sua propriedade para Horácio de Carvalho Júnior, em 1932. Traz, ainda, exemplos do sensacionalismo e da presença do modelo de jornalismo francês no DC, como a narração dos fatos em ordem cronológica – o chamado nariz de cera – em meio a adjetivações e críticas.

2.1 A imprensa brasileira na década de 1920

Em um processo que começou por volta dos anos 1880 e se acentuou na transição do século XIX para o XX, como apontam os historiadores Nelson Werneck Sodré (1999) e Juarez Bahia (2009), a imprensa passou da estrutura artesanal para a organização empresarial. A simplicidade dos jornais deu lugar a um modelo industrial, impulsionado pelo avanço da tecnologia e pela renovação dos parques gráficos. Em seu livro “História da imprensa no Brasil”, Sodré afirma: “É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal” (1999, p.276). O pano de fundo para esse cenário foi o desenvolvimento da burguesia, que financiava os investimentos. Como nem todos foram capazes de se adaptar a essa nova estrutura que se impunha, houve queda no número de periódicos em circulação.

Em “Espírito do Jornalismo”, Danton Jobim (1960) explica que os jornais costumavam ser fundados com finalidades políticas em vez de econômicas; o lucro, quando existia, era inesperado. Havia ataques pessoais a grandes nomes da política e os fatos eram ocultos ou conscientemente adulterados, de acordo com os interesses e ideias defendidas. Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2008) registram no livro “História da imprensa no Brasil” que, mesmo após as mudanças estruturais consolidadas no início do século, a força dos jornais como espaço de luta simbólica se manteve – prova disso é que eles eram diferenciados a partir da ideologia que seguiam. Continuaram a surgir diários que buscavam

atender sobretudo interesses políticos, ainda que momentâneos, em períodos específicos, como em época de eleições. Contudo, tornou-se fundamental seguir os preceitos da economia de mercado para manter o empreendimento e torná-lo duradouro.

Para Marialva Barbosa (2007), em “História cultural da imprensa”, o lucro passou a ser um objetivo a partir da constituição do modelo jornal-empresa, apesar de a dependência das verbas do poder público ter se mantido na maioria dos periódicos. A tecnologia teve papel crucial nesse processo de mudança, atuando em consonância com o imaginário social de modernização, bastante estimulado pelo desenvolvimento urbano, como a reforma do prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro. A chegada das máquinas linotipos permitiu compor o texto mais rapidamente, agilizando o processo de produção de notícias e aumentando a quantidade de páginas. As rotativas Marinoni ampliaram o número de tiragens e melhoraram a qualidade da impressão – em 1901, o Jornal do Brasil atingiu a marca de 60 mil exemplares. O telégrafo, por sua vez, ao distribuir notícias de agências internacionais que adotavam um estilo de redação mais imparcial (para alcançar o maior número de jornais), estimulou que as reportagens locais – que naquele momento conquistavam mais espaço, com informações sobre eventos policiais e esportivos, por exemplo – ganhassem uma pretensa carga de neutralidade.

Se até o início do século XX as críticas exacerbadas eram misturadas com a informação, essa paulatina valorização da imparcialidade fez com que começassem a surgir colunas fixas dedicadas à opinião, numa tentativa de separá-la da notícia, da informação. De acordo com Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) no livro “Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50”, naquele momento já começava a entrar em questão a abordagem objetiva das notícias e alguns jornais buscavam construir sua autoimagem em torno disso. José Eduardo de Macedo Soares, que em 1928 iria fundar o Diário Carioca, criou em 1912 um jornal chamado O Imparcial, o qual, apesar do nome, pretendia fazer campanha civilista, contando inclusive com a colaboração do diplomata Rui Barbosa (1849-1923). Bahia destaca em “História, jornal e técnica” que “as redações, lenta e gradualmente, se ajustam às exigências de precisão, concisão e rapidez da notícia e cada vez mais substituem o comentário ou a prosa pelo relato testemunhal” (2009, p.180).

Na década de 1920, as oficinas gráficas continuaram a se renovar e a impressão a cores por meio de rotogravuras se difundiu. Os acontecimentos policiais e as cenas de horror do cotidiano conquistaram destaque nas páginas dos periódicos, inclusive com ilustrações e fotografias, fazendo do sensacionalismo uma das principais marcas do

jornalismo naquele período. Remetendo aos romances folhetins, mas com uma mistura entre fantasia e realidade, as narrativas eram apresentadas como se fossem testemunhos autênticos, ainda que fosse possível desconfiar que havia certo exagero nas descrições (BARBOSA, 2007). Em sua tese “Escritores jornalistas no Brasil – 1904/2004”, Cristiane Henriques Costa (2004)¹ explica que o sensacionalismo ganhou força nos Estados Unidos no século XIX, com nomes como Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst, para atrair um novo público para os jornais por meio do barateamento dos exemplares, já que o uso e o financiamento político dos periódicos perdia força no país. “Sem dúvida o sensacionalismo foi engendrado por jornalistas como um artifício para atrair as massas” (JOBIM, 1960, p.123).

O público foi atraído pelo inusitado das tramas e pela chance de participar da vida das personagens, que eram tipos comuns e do cotidiano. A verossimilhança era fundamental para manter a credibilidade. Atraído pelo suspense, o leitor “entrava” em ambientes desconhecidos, enquanto roubos, incêndios e crimes eram descritos em seus pormenores pelos repórteres policiais, que atuavam como narradores onipresentes. “Narrativas emocionadas criam um mundo imaginado, fazendo o público sentir-se participativo daquela realidade mitificada. Ao mesmo tempo em que se informa sobre o mundo, o leitor estabelece uma relação com o jornal” (BARBOSA, 2007, p.70). A popularidade do estilo era tão grande que surgiram jornais especializados em escândalos e tragédias, como A Manhã (1925) e A Crítica (1928).

Até então, o jornalismo não era uma profissão regulamentada – a primeira legislação só viria em 1938, no governo de Getúlio Vargas, por meio do decreto-lei nº 910. Por isso, a entrada nas redações se dava sobretudo por indicações pessoais. Além de os atrasos no pagamento serem comuns em alguns periódicos, um jornalista recebia em média 200 mil-réis mensais, enquanto um funcionário público ganhava 600 mil-réis. Havia casos de jornadas de até 12 horas diárias e de jornalistas que aceitavam trabalhar sem pagamento, com vistas à visibilidade que poderiam alcançar (BARBOSA, 2007). “Antes de ser profissão, o jornalismo é um bico, um subemprego que procura compensar o baixo salário com o prestígio da letra de forma” (BAHIA, 2009, p.143).

Muitos deles exerciam cargos públicos para complementar o baixo salário. Quem ainda não tinha alguma ocupação na burocracia estatal costumava trocar o apoio aos

¹ No desenvolvimento do texto, (COSTA, 2004) faz referência à obra “Escritores jornalistas no Brasil – 1904/2004”, de Cristiane Henriques Costa; já (COSTA, 2011) diz respeito a “Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira”, de Cecília Costa.

detentores do poder nas páginas dos jornais por nomeações no serviço público. Aqueles que tinham pretensões de ingresso na política viam na imprensa a possibilidade de reconhecimento e influência (RIBEIRO, 2001). Os profissionais do período relatam seu trabalho como uma mistura entre sacrifício e missão – as ideias de vocação e amor à profissão estão muito presentes nas suas memórias:

Jornal é vocação, é amor; na década de 20 se caracterizava, sobretudo, porque a imprensa era feita com amor. Mas voltando a esse amor pelo jornal, não havia hora de sair. Se houvesse um acontecimento, nós ficávamos solidários com o secretário, que não precisava nos fazer apelos. Não havia nada disso, nem livro de ponto; era o orgulho, a satisfação de servir, de furar um companheiro, ou melhor, furar o outro jornal (COTRIM NETO *apud* BARBOSA, 2007, p.79).

Era comum a presença de escritores nas redações, pois os periódicos eram uma forma de eles ampliarem a influência e a visibilidade, ganhando a vida com o próprio trabalho intelectual – mesmo que para isso precisassem abrir mão da dedicação exclusiva à vocação literária –, já que os jornais tinham alcance maior que o dos livros (COSTA, 2004). Analisando a obra “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”, de Lima Barreto (1995), Barbosa destaca que o jornalista era apresentado como “alguém poderoso e amplamente conhecido e reconhecido na sociedade. O jornal, por outro lado, é capaz de derrubar ministro, de promover campanhas, de influenciar. Trabalhar no jornal confere *status*, torna a pessoa conhecida” (2007, p.128-129). Em busca de prestígio social e vantagens pessoais, era comum que, além dos literatos, acadêmicos (estudantes de Direito e Medicina, principalmente), empresários e outros profissionais fossem também jornalistas. Havia inclusive estelionatários e bicheiros que usavam o jornalismo para ter direito à prisão especial.²

A publicidade no Brasil ainda engatinhava. Até o fim da década de 1920 havia apenas quatro agências no país, como a Eclética, de 1914, e a Inter-Americana, de 1929. Como nem os anúncios nem o número de vendas avulsas sustentavam a imprensa, grande parte dos diários dependia de verbas do governo ou de grupos políticos – e, em troca, atuavam como porta-vozes dos interesses de seus financiadores. Para isso, tanto os jornais de oposição quanto os governistas adotavam uma linguagem agressiva e virulenta (RIBEIRO, 2003a, 2007).

² LAGE, Nilson. **Para que serve um curso de Jornalismo.** Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da060220021.htm>. Acesso em: 27 abr. 2016.

O jornal costumava ser lido em áreas públicas – seja nos bondes e trens ou nas ruas, colados em muros e postes –, o que estimulava comentários dos leitores com as pessoas que estavam por perto. Dados do censo de 1920 apontam que 71,2% da população brasileira³ era analfabeta e que a capital federal registrava a menor taxa de analfabetismo do país: 53,4%.⁴ Apesar de ser possível contabilizar pelo menos 800 periódicos ao longo dos anos 1920 no Rio de Janeiro, a década terminou com apenas 19 jornais diários. A maioria publicou poucos números, sem sequer chegar à 50ª edição (BARBOSA, 2007). De acordo com Bahia, tratava-se de “uma pequena imprensa de ocasião, geralmente de origem política e partidária, ou meramente transitória, sem fins empresariais” (2009, p.155).

Até o fim da primeira metade do século XX, as reportagens eram encaixadas nas páginas sem muitos critérios editoriais, em uma espécie de improviso. Não havia preocupação visual e a tipologia costumava variar até dentro de uma mesma edição (RIBEIRO, 2007). Sob determinação de uma lei de 1923, a capa passou a contar com o nome dos diretores responsáveis – até então, era permitido omitir a identidade dos proprietários e editores (BAHIA, 2009). Em 31 de outubro desse mesmo ano, o decreto nº 4.743 passou a regular a liberdade de imprensa, proibindo, por exemplo, ofensas ao presidente da República ou a chefes de Estado estrangeiros, sob pena de prisão de três a nove meses e multa.

Jornais como O Paiz, o Jornal do Commercio (que esteve em circulação de 1827 a abril de 2016) e a Gazeta de Notícias eram alguns dos principais títulos da época. Em 1925 foram fundados O Globo, de Irineu Marinho, que a partir dos anos 1940 ganharia destaque, e O Jornal, de Assis Chateaubriand, que passou a fazer parte dos Diários Associados, o primeiro conglomerado de mídia do país. Investir em uma empresa jornalística tornou-se uma possibilidade atraente, diante das possibilidades de lucro e crescimento – um negócio duradouro. “Essa concepção de empreendimento responsável que se atribui ao jornal substitui a concepção de risco inevitável, quase sempre associada a uma conveniência de ocasião, ao partidarismo, ao aventureirismo” (BAHIA, 2009, p.177).

O vespertino mais popular no fim da década foi A Noite, chegando à marca de 200 mil exemplares. Seu edifício, inaugurado em 1929 na Praça Mauá, no Centro do Rio de Janeiro, foi considerado símbolo da modernização do jornalismo. Nesse mesmo período, as revistas semanais ganharam impulso, como foi caso de O Cruzeiro, de 1928, cujas tiragens

³ Segundo Bahia (2009), em 1928 o Rio de Janeiro tinha 1.430.608 habitantes, enquanto a população brasileira era de 36.157.910 pessoas.

⁴ FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.29, n.2, p. 179-200, jul./dez. 2004.

chegavam à marca de 30 mil (BARBOSA, 2007). O rádio, presente no país desde as festas de centenário da independência em 1922, ainda “estava na infância” (SODRÉ, 1999, p.372).

Também foi nos anos 1920 que entrou em cena o jornal que seria visto, a partir de depoimentos dos profissionais da época, como responsável pela modernização do jornalismo brasileiro na década de 1950. O Diário Carioca foi fundado no dia 17 de julho de 1928 pelo ex-oficial da Marinha e ex-deputado José Eduardo de Macedo Soares. Segundo Sérgio Rodrigues e Tales Faria em “Reforma no Diário Carioca”, ele era um “civilista apaixonado e homem de formação erudita” (1995, p.13), e fazia parte de uma influente família da aristocracia fluminense. Com acesso a importantes fontes e notícias em primeira mão, seus artigos viriam a ser um dos principais atrativos do jornal, ainda que contasse com bons profissionais em seu time, como observa Ribeiro (2007). Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda, Marcial Dias Pequeno e Paulo Mota Lima eram alguns desses nomes.

Essa não era a primeira experiência de Macedo Soares como proprietário de órgão da imprensa, como já mencionamos – em 1912 fundara O Imparcial, para fazer campanha civilista. Contudo, dez anos depois, diante da ferrenha oposição ao presidente Artur Bernardes, o periódico foi fechado por determinação do governo. O ex-oficial da Marinha foi preso e, depois, se exilou na Europa, voltando ao Brasil em 1927, aos 46 anos, como aponta Cecília Costa (2011) no livro “Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira”. “Do Imparcial o Diário Carioca herdou, além da natureza essencialmente política, a linguagem irônica e irreverente, que seria um de seus traços mais característicos” (RIBEIRO, 2007, p.86). Com sede na Praça Marechal Floriano, a Cinelândia, no Centro do Rio de Janeiro, a tiragem inicial do DC era de 5 mil exemplares (SODRÉ, 1999). Sua rotativa só foi adquirida quando se mudou para a Praça Tiradentes, 77.

O DC sempre foi um jornal pequeno, mas bastante influente. As suas tiragens eram reduzidas, mas o seu peso político grande. Compensava com criatividade e irreverência problemas e falhas do esquema de apuração. O humor era uma de suas características mais marcantes. Sempre receptivo a novas ideias, viria a ser o pioneiro na modernização do jornalismo carioca e um dos grandes renovadores da linguagem da imprensa brasileira (RIBEIRO, 2007, p.87).

Na primeira edição, o fundador e diretor disse que o DC não tinha ligações político-partidárias e nem interesses financeiros envolvidos. Macedo Soares prometeu “avaliar imparcialmente [a ação dos governos] na medida do interesse público”⁵ como forma

⁵ Diário Carioca. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1928, n.1, p.3.

de servir o país, observando, julgando, aplaudindo ou condenando os governantes. Logo abaixo, na mesma coluna da página, havia um texto que discutia o sentido do termo “revolução” em suas mais diversas vertentes – um detalhe curioso, considerando que o jornal seria um dos principais defensores da Revolução de 1930. Na capa, uma crítica à baixa taxa cambial, que teria sido desencadeada propositadamente pelo presidente Washington Luís.

Apesar do que foi dito no editorial, o jornal foi criado com uma proposta claramente política, de acordo com Sodré (1999): fazer oposição a Washington Luís e defender o fim da chamada “política do café-com-leite”, da República Velha, em que as oligarquias paulista e mineira se alternavam no poder.⁶ “No que dizia respeito a lutas e combates, a independência do diretor-fundador do Diário Carioca era muito pouco fluida ou vaga, estando indubitavelmente a serviço de um pensamento – o revolucionário” (COSTA, 2011, p.62).

Naquele momento, a classe média, a ala tenentista, a incipiente burguesia e os operários não escondiam sua insatisfação com a República Velha. Com exceção de São Paulo e Minas Gerais, os demais estados estavam incomodados com a “política do café-com-leite”. Principal produto agrícola de exportação, o café atravessava um período de crise: sua oferta era quase duas vezes maior que a demanda do mercado mundial. Com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, a situação se agravou.⁷ Isso foi o estopim para uma série de desentendimentos, inclusive entre as próprias oligarquias paulista e mineira, principais beneficiárias dos lucros do café e, conseqüentemente, as mais afetadas pela crise. Uma ala conservadora, apoiada pelos paulistas e pelo então presidente Washington Luís, passou a defender a candidatura de Júlio Prestes nas eleições do ano seguinte. Já as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba se uniram e constituíram a Aliança Liberal, em defesa de Getúlio Vargas para a Presidência da República, como explicam Andrea Coelho e Anette Silva (2003) em “Diário Carioca: o máximo de jornal no mínimo de espaço”.

A Aliança Liberal teve apoio do DC e de grande parte da imprensa, como o Correio da Manhã, os Diários Associados e O Estado de S. Paulo. Já A Noite, O País e o Correio Paulistano, por exemplo, eram a favor do paulista Júlio Prestes (SODRÉ, 1999). Vargas perdeu as eleições de 1º de março de 1930 para Prestes. Mas, dois meses depois,

⁶ Costa (2011) conta que a intenção inicial era que o primeiro número do DC saísse no dia 5 de julho, em comemoração pelos seis anos da primeira revolta tenentista da República – os “18 do Forte”. Contudo, não foi possível deixar tudo pronto para a fundação naquela data.

⁷ CPDOC FGV. **Revolução de 1930.** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1930>. Acesso em: 16 set. 2016.

quando o Congresso foi reaberto, os desentendimentos entre parlamentares continuaram a exaltar os ânimos na política.

Nos anos 20, o Brasil luta por uma nova ordem política que só vai contemplar nos anos 30. As crises da República, que são políticas, econômicas e sociais, agravam as contradições existentes nas relações da sociedade – principalmente da classe média, dos trabalhadores e dos pobres – com o Estado (BAHIA, 2009, p.145).

No dia 4 de julho de 1930, na véspera da publicação de um editorial e de uma homenagem na capa do DC pelo aniversário das revoltas tenentistas de 1922 e 1924, que também serviam como um ataque ao governo, José Eduardo de Macedo Soares foi preso quando chegava da Europa. No aniversário de dois anos do jornal, no dia 17, o diretor ainda estava encarcerado – a edição comemorativa mostrava a equipe do jornal em visita ao chefe na prisão, além de telegramas de apoio de diretores de outros periódicos. Contudo, mesmo durante o cárcere de Macedo Soares, que durou cerca de um mês, os editoriais contra Washington Luís (já que Júlio Prestes ainda não havia tomado posse) continuaram presentes (COSTA, 2011).

O mês de julho também marcou o agravamento da crise política após o assassinato de João Pessoa no Recife, que tinha concorrido como vice de Vargas. Esse foi o pretexto para o início da articulação da Revolução de 1930, iniciada em outubro. O movimento depôs Washington Luís, impediu a posse de Prestes e, em novembro, Vargas tornou-se chefe do Governo Provisório da República.⁸

O DC apoiou fortemente a revolução, vendo nela a solução para os problemas do país. Sua sede serviu como local de encontro dos articuladores, como Vargas, Juarez Távora, Antônio Carlos de Andrada e Café Filho (RIBEIRO, 2007). A chegada do gaúcho ao poder foi bastante elogiada, como sinal de esperança. A composição ministerial, segundo o editorial do dia seguinte à posse (4 de novembro), teria sido bem recebida pela população. Porém, não demorou muito para que o jornal se tornasse oposição.

Como enfatizam Nilson Lage, Tales Faria e Sérgio Rodrigues (2004) no artigo “Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade”, o DC participou de todos os eventos políticos nacionais, e foi isso que lhe garantiu a relevância e, ainda, a sobrevivência – afinal, nunca foi considerado um grande jornal. Os leitores eram, em sua maioria, membros da elite. “Nos seus 37 anos de vida, esteve quase sempre na oposição. Denunciou desmandos

⁸ CPDOC FGV. **Revolução de 1930.** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1930>. Acesso em: 16 set. 2016.

administrativos, produziu crises institucionais, derrubou ministros – tudo em nome de valores, como liberdade, probidade, legalidade” (COSTA, 2011, p.10).

O DC defendeu em suas páginas a democracia, o voto popular, o funcionalismo público, os sindicatos e a cultura. Mas, se por um lado se preocupava com o trabalhador e exigia que o governo honrasse os compromissos com os servidores, por outro, ironicamente, “atrasava sistematicamente o pagamento [dos funcionários], de dias, semanas ou meses”.⁹ Costa (2011) avalia que foi um jornal personalista, claramente guiado pelos interesses do seu fundador, sobretudo por meio dos famosos editoriais, que eram uma espécie de marca registrada.

2.2 De José Eduardo de Macedo Soares a Horácio de Carvalho Júnior

A Revolução de 1930 liquidou a imprensa que defendia Washington Luís e Júlio Prestes, com invasões, depredações e incêndios. A redação do Jornal do Brasil, por exemplo, foi invadida, resultando em uma semana fora de circulação; em São Paulo, A Gazeta foi empastelada. O País entrou em crise e desapareceu (BAHIA, 2009). “Mesmo os jornais que não haviam sido destruídos e por isso não puderam voltar a circular de imediato, sofreram graves consequências” (SODRÉ, 1999, p.376).

O governo provisório, contudo, desagradou, sobretudo pela demora em convocar uma Assembleia Constituinte – era apenas o início da chamada Era Vargas, que se estenderia até 1945. Em meio à instabilidade política, os grupos dominantes tinham dificuldade de assumir o controle das funções políticas. E, já que os apoiadores do governo anterior estavam sem condições materiais para voltar a circular, a oposição surgiu entre aqueles que, até então, defendiam a Revolução de 1930 e seus desdobramentos (SODRÉ, 1999).

Desde novembro de 1930, mês em que Vargas tomou posse, José Eduardo de Macedo Soares passou a cobrar uma ação proativa do governo, diante da impaciência da população que aguardava as reformas prometidas durante a revolução. No mês seguinte, a crítica se tornou ainda mais incisiva contra “uma administração incompetente e uma política mesquinha”. O DC tornou-se oposição. Um crítico editorial chamado “Balaio de gatos” fez

⁹ LAGE, Nilson. **Para que serve um curso de Jornalismo.** Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da060220021.htm>. Acesso em: 27 abr. 2016.

o governo suspender a distribuição do jornal – o que não impediu que o texto fosse impresso clandestinamente na gráfica e espalhado pela cidade.¹⁰

O fundador do periódico estava incomodado com a presença da ala tenentista em áreas estratégicas do governo. “Posicionando-se ao lado dos que exigiam uma nova Constituição e eleições democráticas, em pouco tempo Macedo consideraria que se defrontava com um novo ditador, [...] atacando Getúlio Vargas sem dó nem piedade” (COSTA, 2011, p.101). Essa ruptura com o grupo da Aliança Liberal resultou em uma mudança administrativa no DC: em janeiro de 1932, Horácio de Carvalho Júnior, filho de barões do café fluminenses, tornou-se diretor-presidente, enquanto Macedo Soares passou a cuidar principalmente da orientação política do jornal, permanecendo ainda como principal figura do diário (SODRÉ, 1999).

Na noite de 25 de fevereiro daquele ano, cerca de 160 oficiais do exército invadiram a redação do DC, na Praça Tiradentes, com metralhadoras, paus e ferros, quebrando máquinas e móveis, cujos destroços serviram para fazer uma fogueira em frente ao prédio do jornal. Funcionários que estavam de plantão na redação foram feridos. Macedo Soares, que seria o principal alvo do ataque, estava em Petrópolis (RJ). Esse empastelamento gerou revolta coletiva: os jornais cariocas e alguns paulistanos fizeram paralisações, em repúdio, ficando fora de circulação no dia seguinte. Já o DC só pôde retomar suas atividades no dia 5 de abril, quando sua redação mudou-se para a Praça Onze, também no Centro. Macedo Soares responsabilizou o governo pelo episódio (SODRÉ, 1999; LAGE et al., 2004; COSTA, 2011).

A falta de agilidade para esclarecer o caso, segundo Martins & Luca (2008), aumentou as suspeitas de que a ação tinha anuência ou pelo menos simpatia de grupos ligados ao poder, levando à renúncia coletiva de vários integrantes do governo, como o ministro da Justiça, Maurício Cardoso, e o chefe da polícia do Distrito Federal, Batista Luzardo, que lamentaram e condenaram o episódio. Coelho & Silva (2003) e Costa (2011) afirmam que o empastelamento foi chefiado pelo filho de Pedro Ernesto Batista – então interventor no Distrito Federal. Já Rodrigues & Faria (1995) dizem que os tenentes foram liderados por Juarez Távora e Juracy Magalhães. O que se sabe, de fato, é que todos esses nomes mencionados como suspeitos eram alvos de crítica nas páginas do diário.

¹⁰ CPDOC FGV. **Diário Carioca**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20CARIOCA.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2016.

O episódio fez com que Horácio de Carvalho, que desde o início do ano era diretor-presidente, se tornasse também proprietário das ações de controle do DC. Macedo Soares se afastou, aos poucos, do processo de produção do jornal, mantendo-se apenas como articulista diário. De acordo com Evandro Carlos de Andrade, em entrevista à Fundação Getúlio Vargas, “Macedo tinha uma paixão pelo Horácio, uma devoção, e deu então o jornal para ele” (2003, p.31). Rodrigues & Faria dizem se tratar de um “episódio nebuloso em que parece ter havido mais doação do que venda” (1995, p.15), já que Macedo Soares continuou a interferir diretamente nos rumos editoriais do jornal que fundara. Apesar de boatos de um possível envolvimento afetivo entre eles, Costa diz que “certo é que a confiança e o respeito entre os dois eram totais. E que o encontro no início dos anos 30 se tornaria uma amizade para toda a vida” (2011, p.115).

Após o empastelamento, o DC tornou-se ainda mais incisivo na oposição ao governo provisório, criticando as tentativas de barrar a liberdade de imprensa e a política militarista, aliada ao tenentismo. O jornal se alinhou com os democratas paulistas que promoveriam a chamada Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 9 de julho 1932 (COELHO & SILVA, 2003). Mesmo sendo vencido, o movimento alcançou seus objetivos: seus participantes foram anistiados em 1934 e a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) se reuniu para elaborar a nova Constituição, elegendo Vargas para presidente por via indireta (SODRÉ, 1999).

Eleito deputado pela bancada fluminense em 1933 para a ANC, Macedo Soares viu sua principal reivindicação – a Constituição – ser atendida. Em 1935, foi eleito senador. Desse modo, o tom oposicionista do DC foi reduzido, e as questões nacionais passaram a ser informadas de modo mais parcial. A Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1935 para aplicar punições mais severas a crimes contra a segurança do Estado, foi apoiada nos editoriais do diário. O frustrado levante comunista daquele ano, que depois serviria de pretexto para aumentar os poderes presidenciais, recebeu duras críticas nas páginas do jornal.¹¹

A crescente onda anticomunista e a perseguição de inimigos políticos levou ao golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, dando início à ditadura Vargas, que se estendeu até 29 de outubro de 1945. O Congresso foi dissolvido e o presidente outorgou uma nova Constituição, conhecida como “Polaca” pela similaridade com o modelo autoritário

¹¹ CPDOC FGV. **Diário Carioca**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20CARIOCA.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2016.

polonês, que dava ainda mais poder ao governo. A justificativa de Vargas foi o “ajustamento ao espírito do tempo”, prometendo uma ação modernizadora concentrada no Estado (COELHO & SILVA, 2003).

Ainda de acordo com Coelho & Silva (2003), o DC continuou a apoiar o governo logo após o golpe, justificando que os poderes excepcionais do Estado serviriam para salvar a democracia. Mas, aos poucos, segundo Costa, o jornal ganhou um tom sério, patriótico e nacionalista: “Habitualmente brincalhão e combativo, ficaria funéreo e solene, como se vestisse uma armadura, mais parecendo um boletim editado pela Marinha ou pelo Exército” (2011, p.129). Ainda que Macedo Soares fosse anticomunista, ele parecia considerar exagerada a atitude do presidente e seus ministros. Com a liberdade de imprensa cerceada, a forma que o jornalista encontrou para defender os princípios democráticos foi por meio de comentários sobre fatos relacionados a outros países, como o dia da comemoração da independência dos Estados Unidos.

No artigo 122 da Constituição de 1937, a imprensa era tratada como serviço de utilidade pública, o que atribuía a ela a função de espalhar comunicados oficiais. Para garantir a paz, a ordem e a segurança, podia-se aplicar censura prévia à imprensa, à radiodifusão e às artes. “Tentava-se tanto cercear a divulgação daquilo que não fosse de interesse do poder quanto enfatizar as realizações do regime e sua adequação à realidade nacional, sem se descuidar da promoção pessoal e política do chefe do governo” (MARTINS & LUCA, 2008, p.172).

Em 1939 foi instaurado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um rearranjo do que já havia sido Departamento Nacional de Cultura (DNC) em 1938, Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) em 1934 e Departamento Oficial de Publicidade (DOP) em 1931 (MARTINS & LUCA, 2008). Seu principal objetivo era difundir a proposta político-ideológica estadonovista por meio da propaganda no rádio, que ganhava cada vez mais força entre a população, e na imprensa, tendo Vargas como figura principal e a censura como uma de suas facetas. A Divisão de Imprensa, pertencente ao DIP, vigiava a produção discursiva das publicações – calcula-se que 61 deixaram de circular durante o período. Foi por meio do DIP que se criou e divulgou o “mito” em torno da figura de Vargas, com a imagem de “pai dos pobres” e defensor das classes trabalhadoras. Além disso, solenidades eram transmitidas via rádio e eventos como congressos e seminários ajudavam a difundir as ideias do regime (BARBOSA, 2007). As notícias produzidas pela

Agência Nacional, em consonância com os interesses do governo, preenchiam cerca de 60% de todo o conteúdo dos jornais (RIBEIRO, 2007).

Não se pode considerar que a ação política do período ditatorial de Vargas foi totalmente negativa para a imprensa, na visão de Barbosa (2006a, 2007). Mesmo com empastelamentos e perseguições, havia mais proximidades e acordos entre os homens de imprensa e o governo do que divergências. Os jornalistas, por exemplo, eram isentos do Imposto de Renda. O papel de imprensa, importado de países como Canadá e Finlândia por intermédio do governo, assim como equipamentos gráficos e de som, eram subsidiados – mas em troca de alinhamento ao regime, tendo servido importantes instrumentos de coerção, como ressalta a pesquisadora.

No Estado Novo, o governo pôde ampliar a sua área de influência por meio das agências, institutos, conselhos e autarquias. O nacionalismo tornou-se instrumento de legitimação, defendendo a industrialização como forma de tornar o país independente economicamente. Buscou-se incluir nesse discurso em prol da construção da identidade nacional a classe trabalhadora, grupo urbano em constante crescimento – e a atuação da imprensa, por meio do DIP, foi fundamental para que se alcançasse esse objetivo (BARBOSA, 2007).

Ainda assim, o DC desafiava o regime e gostava de provocá-lo. Lage et al. (2004) contam que, quando os jornais foram incumbidos pelo DIP de criticar o governo inglês porque seu exército disparou uma metralhadora contra um cargueiro brasileiro que estava em direção à Itália, Macedo Soares criou o Clube dos Diretores e Principais Redatores de Jornais do Rio de Janeiro, cujo primeiro almoço, no dia seguinte à publicação do editorial encomendado, teve como convidado o embaixador da Inglaterra, Sir Noel Charles.

Bahia (2009) ressalta que nem os empastelamentos nem o golpe do Estado Novo fizeram os diários brasileiros deixarem de se expandir. Para ele, a década de 1930 marca o início da fase moderna da imprensa. A renovação gráfica teve continuidade e o sistema telegráfico tornou-se ainda mais presente, reforçando a agilidade na transmissão das notícias, na mesma linha de progresso que marcou o início do século. As radiofotos (imagens transmitidas pelas ondas do rádio) passaram a explicitar o imediatismo da informação.

A década também trouxe avanços com relação à profissionalização dos jornalistas. Entidades como a Associação Brasileira de Imprensa, fundada em 1908, a Associação Paulista de Imprensa, de 1933, e o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, de 1935, lutavam pelo estabelecimento de critérios formais para o exercício da profissão.

Em “Construção do Estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil”, Fernanda Petrarca aponta que, se partir do golpe de 1937 a regulamentação das profissões tornou-se essencial para a formação do Estado Novo proposto por Vargas, o jornalismo se constituía como um desses conjuntos de “saberes especializados apresentados como fundamentais para traçar os caminhos da nação” (2010, p.84). Ao mesmo tempo, os jornalistas, que já costumavam se envolver diretamente nas lutas políticas, reivindicavam participação na construção do Estado nacional.

Em 30 de novembro de 1938 foi criada a primeira legislação da profissão, que regulamentava a duração e as condições de trabalho em empresas jornalísticas. Para Petrarca (2010), um dos objetivos era registrar todos aqueles que tivessem vínculos com a imprensa, de modo que o governo pudesse ter controle sobre quem trabalhava nela. A autora destaca também que o primeiro curso superior de jornalismo teve início na Universidade do Distrito Federal, em 1935, mas a universidade foi extinta durante o Estado Novo; em 1943, o curso foi criado novamente, vinculado à Faculdade Nacional de Filosofia, mas sua inauguração só aconteceu cinco anos depois. Segundo José Marques de Melo (1999), no artigo “La formación del periodista”, até então os jovens jornalistas se formavam dentro das próprias redações, em uma espécie de “pedagogia do dia-a-dia”, com o auxílio de profissionais já experientes.

Os jornalistas boêmios, pouco a pouco, cedem lugar aos jornalistas profissionais, que usufruem as vantagens da nova legislação do trabalho. Os salários profissionais são acertados mediante convênio entre jornalistas e empresas editoras de jornais e revistas – mas apenas as mais sólidas cumprem o estabelecido (BAHIA, 2009, p.211).

Vale destacar ainda que, ao longo da década de 1930, os jornais passaram a ter mais consciência do seu papel, tornando-se mais resistentes às pressões oficiais, que se intensificavam. Com o aumento do consumo interno de algodão e produtos têxteis e de aço, surgiram novas formas de veicular a publicidade – que até então se baseava sobretudo nos classificados. Os anúncios do comércio varejista aceleraram o desenvolvimento do jornalismo e sua viabilização como empresa independente – calcula-se que até 80% da receita passou a ser proveniente dos anunciantes (BAHIA, 2009). Barbosa (2007) aponta que em 1938 havia 23 jornais no Rio – os principais, com cerca de 34 páginas, que podiam chegar a 50 nas edições dominicais.

O DC, por sua vez, encerrou a década de 1930 com edições que se alternavam entre 12 ou 16 páginas. As críticas ao regime de Vargas continuaram presentes até a queda

do Estado Novo, em 1945. A Constituição de 1946 estabeleceu a livre manifestação de pensamento, sem dependência da censura. Um editorial de 1948 buscou deixar claro que o DC era um órgão de combate, que já em seu nascimento antecipou a Revolução de 1930. Assumiu ainda que, ao mesmo tempo em que sua motivação era a “necessidade de bem servir ao país”, também foram tomadas “atitudes perigosas e dramáticas” ao longo daquelas duas décadas de existência – sem especificar exatamente quais. Para Macedo Soares, o papel da imprensa, em meio à turbulência política, era ser porta-voz e ao mesmo tempo guia da opinião popular.¹²

2.3 O nariz de cera e a influência francesa

O DC não tinha a pretensão de ser um grande jornal, mas tinha muita influência no cenário carioca. Como ressaltam Lage et al. (2004), o bom humor era uma de suas principais marcas. O cuidado em torno do texto e a busca de criatividade seriam uma forma de compensar a apuração falha, ao mesmo tempo em que davam certa “personalização” ao noticiário (ver anexo I). Costa (2011) afirma que na redação eram constantes as zombarias e deboches, criando um clima alegre e descontraído, propício para inovar, para que cada um pudesse exercer livremente seu próprio estilo.

É justamente pela falta de um padrão, de um modelo a seguir, que o estilo redacional variava não só de um jornal para o outro, como também dentro do próprio jornal – o que é o caso do DC. Cada redator tinha responsabilidade exclusiva sobre seu texto, deixando-o carregado de marcas pessoais. A literatura era a principal inspiração na hora da escrita, mas havia também o uso de uma retórica “empolada” e rebuscada, com vocabulário pouco usual e jargões – um reflexo da presença maciça, por exemplo, de bacharéis em Direito (RIBEIRO, 2007).

Segundo Pompeu de Sousa (1986), em “Era uma vez o nariz de cera”, a reportagem ia direto para o chefe de redação, que por sua vez era bastante ocupado e fazia apenas alguns ajustes antes de mandar para a gráfica. Quando o texto era inserido nas páginas, não havia um padrão de organização, de hierarquização. Era constante a variação da tipologia e os títulos eram “encaixados” para ocupar o espaço disponível para eles, além de serem mais indicativos que informativos (ver anexo II). De um modo geral, os jornais

¹² CPDOC FGV. **Diário Carioca**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20CARIOCA.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2016.

publicavam uma “massa inteiramente heterogênea e desnivelada em todos os sentidos” (SOUSA, 1992, p.24).

A valorização do estilo do autor, de sua linguagem e retórica, é um dos desdobramentos da forte influência francesa na vida cultural brasileira e, conseqüentemente, nos periódicos do país. Costa reforça: “Até então, o Brasil era, culturalmente falando, uma província da França” (2004, p.67). A presença da agência de notícias francesa Havas, desde 1874, controlando o mercado sul-americano durante muito tempo, também interferiu nesse cenário, como explica Afonso de Albuquerque (2008) no artigo “Aconteceu num Carnaval”.

Tanto no Brasil quanto na França, os homens de letras faziam do jornalismo mais uma ocupação provisória, uma forma de divulgar seu trabalho e ganhar prestígio, do que uma profissão. No país europeu, nomes conhecidos do cenário literário costumavam estar envolvidos com o jornalismo, como ressaltam Jean Chalaby (2003) em “O jornalismo como invenção anglo-americana” e Erick Neveu (2006) em “Sociologia do jornalismo”. Honoré de Balzac, Robert de Lamennais e Victor Hugo, por exemplo, foram donos e editores de jornais; Jean Cocteau, correspondente especial; Antoine de Saint-Exupéry, repórter.¹³ Além disso, a imprensa era também uma forma de impulso à carreira política.

Por meio da ficção, em “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”, Lima Barreto (1995) narra sua visão sobre o trabalho nas redações da capital federal brasileira no início do século XX – o fictício O Globo é, na realidade, o Correio da Manhã, onde Barreto trabalhou, o que fez com que seu nome ficasse banido das páginas do jornal liberal durante quase 50 anos.¹⁴ O personagem, o escrivão Isaías Caminha, afirma em suas recordações que os literatos têm ideias limitadas e são “adstritos a um infantil fetichismo do estilo e guiados por conceitos obsoletos e um pueril e errôneo critério de beleza” (BARRETO, 1995, p.39). Confessa também que lê e estuda autores como Dostoiévski e Voltaire, buscando nos grandes romancistas a melhor maneira de escrever, o que exigia um maior tempo para elaboração do texto – aqueles que redigiam com facilidade e agilidade, por sua vez, não eram capazes de dar “brilho” e “relevo” à sua produção. Além disso, para muitos repórteres as palavras costumavam “fugir” no momento de escrever as reportagens: “Isso que num

¹³ Em junho de 2016, a licença de repórter de Saint-Exupéry, usada durante a Guerra Civil espanhola, e que estava desaparecida, foi encontrada por um historiador. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2016/07/licenca-de-reporter-de-saint-exupery-na-guerra-civil-espanhola-e-achada.html>. Acesso em: 27 set. 2016.

¹⁴ DINES, Alberto. **Da ditadura do silêncio à “lista negra”**. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/da-ditadura-do-silencio-a-lista-negra/>. Acesso em: 30 set. 2016.

temperamento literário pode transformá-lo em grande escritor, num jornalista a nada leva” (BARRETO, 1995, p.99).

De acordo com Chalaby (2003), a importância dada à forma literária dificultou que os jornais franceses fossem ao encontro do estilo objetivo que desde a segunda metade do século XIX nascia nos Estados Unidos e na Inglaterra, sob influência do telégrafo e da quase autossuficiência financeira de grande parte da imprensa. Além disso, as receitas em publicidade na França eram baixas, se comparadas à imprensa anglo-americana, dificultando a independência editorial. Por isso, muitos aceitavam até subornos do governo e/ou partidos políticos.

Os textos eram escritos seguindo a tradição dos publicistas, divulgando doutrinas políticas e defendendo interesses de grupos específicos, num momento em que as alternativas eram as mais diversas: ideologias que iam da monarquia ao marxismo. Estima-se que 40 dos 46 jornais publicados em Paris antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) tinham uma tendência política marcada, em explícita defesa de diferentes doutrinas. “Informação exata nunca foi o forte dos jornais parisienses. Os detalhes mais importantes de um acontecimento são frequentemente narrados segundo a fantasia do jornalista” (JOBIM, 1960, p.154).

A crônica era o gênero literário mais prestigiado na França. Os artigos também eram valorizados, devido ao caráter polêmico e à postura combativa, e geralmente eram dirigidos a políticos ou partidos. Havia também o comentário, um “meio-termo” entre o literário (crônica) e a crítica ferrenha (artigo). Essa hierarquia era definida com base na “literalidade” de cada uma das práticas, ainda que, de qualquer maneira, o jornalismo fosse visto como uma arte inferior, se comparado à literatura – enquanto o romance era escrito para a “eternidade”, os artigos em geral tinham curto prazo de validade (CHALABY, 2003). Como afirma Danton Jobim, o estilo do jornalista não é tão bem apurado como o de um escritor:

Falta em regra a densidade dos verdadeiros estilos literários, que se obtém pela paciência e pela obstinação em perseguir a forma perfeita, artisticamente trabalhada: para o escritor a língua não é um simples meio de comunicação com o público contemporâneo, mas um meio de expressão artística, válido para a posteridade (JOBIM, 1960, p.36).

Ribeiro (2003a, 2007) analisa que no jornalismo brasileiro esses mesmos gêneros – crônica, artigo e comentário – foram privilegiados na primeira metade do século XX. Assim como na França, iam ao encontro do objetivo da imprensa de servir como

instrumento político, já que as publicações muitas vezes eram financiadas pelo próprio Estado ou grupos ligados ao poder.¹⁵ Devido à valorização da opinião, os textos costumavam ser bastante agressivos; porém, essa linguagem virulenta, salienta Sodré (1999), não era direcionada a ideias e orientações políticas, mas sim ao indivíduo e à sua atuação, de modo personalizado. E, por mais que as questões políticas ajudassem a neutralizar a influência literária na imprensa, sua linguagem ainda estava distante daquela que seria a linguagem jornalística, pertencente a um grupo de profissionais que dominam sua técnica. Chalaby reforça que, “historicamente, as práticas discursivas que podem ser identificadas como jornalísticas não são de caráter literário nem político” (2003, p.36).

De um modo geral, o texto nos jornais da época relatava os acontecimentos em uma ordem mais ou menos cronológica, misturando informação com opinião. Havia um entrelaçamento entre narração, comentário, e análise, como pode ser visto no exemplo a seguir, publicado no DC em 1931.

Quando Ramon Franco veio ao Brasil, no seu lindo vôo da Cadiz ao Rio de Janeiro, trouxe como seu mecanico, Pablo Rada.

Se já não eram amigos, os perigos e a gloria conquistada foram os laços de aço que para sempre os uniram.

De volta à bella Hespanha, um dia entraram juntos no movimento revolucionario de Jaca.

Presos, processados, livres, enfim, por ocasião da proclamação da Republica.

Agora surge entre a esposa do primeiro e a do segundo, uma luta curiosa e emocionante por causa do filho de Pablo Rada.

É que o sympathico aviador se separou de sua senhora, ficando em seu poder o filho do casal.

Provavelmente, por não ter mãe nem irmão, Rada entregou-o à senhora Ramon Franco, para criá-lo.

A mãe do menino não se conformou com a sepearação do filho e ha cerca de um mez, em Irun, tentou raptá-lo. [...] ¹⁶

Uma das características mais marcantes do jornalismo na época era o nariz de cera, uma introdução bastante prolixa e rebuscada, pouco objetiva, longa, que visava a ambientar o leitor e retardava a entrada na notícia em si (RIBEIRO, 2007). No artigo “O máximo de notícia no mínimo de espaço”, José Ramos Tinhorão (1986) credita tal estilo à necessidade de retórica dos jornalistas, sendo usado como uma “preparação do clima”, até se chegar ao que realmente merecia destaque.

¹⁵ Vale lembrar que Barbosa (2007) destaca que desde o início do século XX já era possível perceber estratégias redacionais e editoriais para isolar artigos tidos como informativos daqueles opinativos, juntamente com o processo de modernização da imprensa.

¹⁶ Por causa duma criança. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 9 set. 1931, n. 983, p.2. (ver anexo III)

Quando alguém matava alguém, nunca um jornal de velho estilo ia publicar simplesmente, por exemplo: “O pedreiro Benedito dos Santos, de 22 anos, foi morto na noite de ontem com três tiros em um bar da rua tal, ao recusar um copo de cerveja ao marginal conhecido por Toninho Malvadeza”. Em um caso como esse, quase sempre a notícia começaria assim: “Ontem, quando ao cair da noite o jovem pedreiro Benedito dos Santos despediu-se dos companheiros de serviço, e se encaminhou para o bar próximo de sua residência, onde sempre tomava uma cerveja antes do jantar, estava longe de imaginar o que o destino lhe preparava. De fato, ao chegar ao botequim, já lá estava o conhecido meliante Toninho Malvadeza, temido em todo o bairro por suas provocações e violências”. E por aí continuava o nariz de cera, até possivelmente concluir, no pé da segunda coluna, que “ao ser o corpo do inditoso jovem trasladado para o Instituto Médico Legal, sobre o mármore frio da mesa estava, ainda, a sua última cerveja” (TINHORÃO, 1986, p.24).

Podemos notar o uso desse recurso no exemplo a seguir. A notícia, que é o cancelamento da visita do presidente Washington Luís ao Departamento de Saúde Pública no Rio de Janeiro por conta de um resfriado, só aparece no final. Antes, é narrada toda a preparação e a expectativa dos funcionários para a chegada dele, que estava em Petrópolis. O título (“Victima de um ligeiro resfriado que lhe tirou o apetite, o presidente achou inutil descer de Petropolis”), todavia, já antecipa ao leitor a informação mais importante – o que no DC costumava ser bastante comum, mesmo nesses casos em que o nariz de cera estava presente no texto.

S. ex. marcara para hontem uma nova fugida, às tranquilidades do veraneio. Viria completar sua visita à Saude Publica, percorrendo, agora, o edificio onde está installado o Departamento, á rua do Rezende. Lavagens matutinas, escovações, aprestos, azafama incansavel. Ambulancias que entravam, ambulancias que saiam, pessoal que corria para um lado, que saltava para outro, tudo numa diligencia impressionante do que são os serviços naquella casa. Mas inutilmente... O homem não appareceu. Retivera-o um começo de defluxo, um resfriado não bem accentuado ainda, mas perigoso de se agravar com uma descida de Petropolis, onde a chuva caira fortemente pela madrugada.¹⁷

Sousa explica que o texto costumava começar pela “anti-notícia”, já que parecia mais um artigo ou um editorial, e isso “era uma remanescência das origens do jornalismo, pois o jornal inicial foi um panfleto em torno de dois ou três acontecimentos que havia a comentar, mas não a noticiar, porque já havia a informação de boca ao vivo, a informação direta” (1992, p.24). A abertura podia ser um comentário, uma opinião, ou uma mistura de

¹⁷ Victima de um ligeiro resfriado que lhe tirou o apetite, o presidente achou inutil descer de Petropolis. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1929, n. 207, p.1. (ver anexo IV)

informação e interpretação, enquanto a notícia só aparecia no final. A preocupação era com a forma, com a retórica, sendo preciso “castigar o estilo” para apresentar a informação.

Ninguém publicava em jornal nenhuma notícia de que um garoto foi atropelado aqui em frente sem antes fazer considerações fisiológicas e especulações metafísicas sobre o automóvel, as autoridades do trânsito, a fragilidade humana, os erros da humanidade, o urbanismo do Rio. Fazia-se primeiro um artigo para depois, no fim, noticiar que um garoto tinha sido atropelado defronte a um hotel (SOUSA, 1992, p.24).

Segundo Marco Antônio Roxo Silva, no texto “A condenável retórica do nariz de cera e o diploma de jornalismo”, era uma narrativa “disfuncional, subjetiva e inadequada à velocidade da vida nos tempos modernos” (2009, p.261).¹⁸ Com o uso de recursos literários, a imprensa caminhava mais em direção à ficção do que à realidade, dificultando a transformação do jornalismo em uma prática especializada, pertencente a um grupo de profissionais.

Na dissertação “O jornalista em tempos de internet”, Igor Waltz completa: “O acontecimento é transformado em pretexto para o exercício de estilo, em um discurso sobre a atualidade que privilegia o comentário e a expressão de determinadas visões de mundo sem a pretensão da neutralidade discursiva” (2015, p.38). No exemplo a seguir, é utilizada a função conativa da linguagem em meio aos comentários do autor sobre os fazendeiros de café, levando o leitor para “dentro” do texto como forma de persuadi-lo.

Quem quizer colher noticias seguras dobre o modo de pensar dos fazendeiros de café não deve frequentar as Associações de classe, e sim ouvir os lavradores que se agrupam discretamente nos cantos dos salões do Club Commercial, depois de sua fusão com o tradicional "Club São Paulo". Passamos, hontem, algumas horas ouvindo ora um, ora outro desses homens respeitáveis pela sua fortuna, ou pela sua notoria experiencia. Quão diferente era a linguagem delles ha um anno atrás! [...]
A psychologia dos lavradores de café precisa, agora, ser melhor apreciada pelo governo de S. Paulo. O candido optimismo de hontem transformou-se, não diremos ainda em derrotismo, mas seguramente em evidente pessimismo.¹⁹

O característico sensacionalismo dos anos 1920 também estava presente nas páginas do DC, mas em notícias mais curtas e breves relatos, já que as manchetes do

¹⁸ Enquanto (SILVA, 2009) indica “A condenável retórica do nariz de cera e o diploma de jornalismo”, de Marco Antônio Roxo Silva, (SILVA, 1991) é referente ao livro de Carlos Eduardo Lins da Silva, “O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro”.

¹⁹ Justificadas apreensões dos produtores de café, diante do plano de valorização. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1929, n. 300, p.1. (ver anexo V)

combativo jornal costumavam ressaltar as questões políticas. No texto a seguir, mais uma vez o título (“Eliminou-se tragicamente, arrebatando o crânio com um tiro de pistola, um industrial”) antecipa a principal informação, mas todo o fato é descrito em sua ordem cronológica, com um forte apelo à imaginação e à emoção do leitor.

Desde ha uns dez dias, quando por fatalidade perdeu seu dedicado amigo e sogro, o negociante, Mauricio Abitebul, antigo industrial, Maurice Azuz, de cor branca, argeliano, com 38 annos de idade, casado, industrial, residente á rua Araujo Penna n. 55, se mostrou profundamente acabrunhado, parecendo que a morte do sogro, que sempre o soccorria em momentos difficeis, lhe viera acarretar sérios embaraços na sua carreira mercantil.

Sua esposa, a sra. Abitebul Azuz, que sempre o vira alegre e folgasão, ultimamente, con estranhesa, sempre o via acabrunhado e nervoso.

Ante-hontem, esse estado de excitação augmentou consideravelmente. Nem mesmo o menino Wilson, o unico filhinho do casal, que era o seu enlevo lhe proporcionava distração. [...]

Depois de vestir-se pediu á Angelina um e porque essa domestica lhe houvesse informado que o pense se achava no banheiro, ali entrou Maurice, trancando-se.

Momentos após ouviram-se duas detonações seguidas.

As criadas, surprehendidas, correram ao banheiro, e, arrombando a porta, depararam com um quadro horrível.

Maurice, tendo ainda na mão direita uma pequena pistola, muito nova, estava cahido ao lado da banheira, apresentando na metade direita da região frontal, um ferimento de onde jorrava muito sangue. [...]

A senhora Dóra Abitebul Azuz, regressado á casa ao ter notícia da trágica occurencia, soffreu rude golpe com a desgraça que tão funndo a feriu em seu coração de esposa amantissima.²⁰

O primeiro parágrafo traz diversas informações ao leitor sobre quem é Maurice Azuz. Segundo Lage et al. (2004), havia o costume de relatar, entre parêntesis, dentro do texto, a idade, a nacionalidade, a residência e até mesmo a cor de alguém envolvido em eventos policiais, como suicídios e acidentes. A descrição do fato noticiado, por sua vez, era uma forma de recriar a cena “ao vivo” no imaginário do leitor, “reconstituindo com perfeição o crime bárbaro ou a expressão horripilante de um monstro. [...] Ao lado da imaginação criadora, colocada em evidência com a descrição da cena, assiste-se à reconstrução da tragédia ao visualizar a imagem” (BARBOSA, 2007, p.67). O mesmo recurso está presente na seguinte notícia:

João Henrique Francisco Wrigg, casado, de 42 annos, empregado na fabrica de fumos Londres á rua Silve Manoel n. 103, dava-se ao vicio da embriaguez.

²⁰ Eliminou-se tragicamente, arrebatando o crânio com um tiro de pistola, um industrial. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 fev. 1929, n. 192, p.3. (ver anexo VI)

Residindo com sua esposa d. Angelina Wrigg e tres filhos menores á rua do Lavradio n. 91, todas as manhãs sahia para o emprego regressando á noite.

Hontem, conforme o habito, João Henrique deixou a residencia em demansa a fabrica.

Ao passar, porém, pelo morro de Santo Antonio, João Henrique num momento de allucinação desfechou um tiro no ouvido direito.

Gravemente ferido, o infeliz esteve muito tempo contorcendo-se em dores, até que foi encontrado e numa ambulancia da Assistencia, transportado para o posto Central, de onde em seguida aos curativos, foi em estado grave internado no Hospital de Prompto Socorro.²¹

Vale ressaltar que, nesse mesmo período em que o sensacionalismo era uma das marcas do jornalismo brasileiro, a França já estava em um processo de adoção dos métodos jornalísticos anglo-americanos, mais objetivos e menos opinativos – a iniciativa partiu do periódico *Le Matin*, segundo Chalaby (2003). Ao mesmo tempo, o nariz de cera já começava a gerar certo incômodo no Brasil entre alguns jornalistas, sob influência da Semana de Arte Moderna de 1922, e dos próprios leitores, à medida em que a vida ficava mais acelerada. Sem tempo para ler, eles encontraram uma forma de burlar esse estilo: iam direto para o último parágrafo, em busca da informação, em uma espécie de “lide às avessas”, como explica Sousa (1992). Isso já indicava a necessidade de uma mudança no modo como o jornalismo era feito no país e que seria, enfim, consolidada nos anos 1950.

²¹ Tentou suicidar-se desfechando um tiro no ouvido. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 out. 1929, n. 385, p.5. (ver anexo VII)

3. MUDANÇAS NA PRÁTICA JORNALÍSTICA

Nos anos 1950 o Diário Carioca (DC) consolidou uma série de mudanças redacionais que desde a década anterior estavam sendo implantadas no jornal, mas que já no início do século XX se manifestavam na imprensa brasileira, como a tentativa de isolar a informação da opinião. O principal marco da reforma do DC foi a elaboração de um manual pelo seu chefe de redação, Pompeu de Sousa, baseado nas observações feitas durante o tempo que em que morou nos Estados Unidos e nos estudos das técnicas de redação norte-americanas após convite para se tornar professor universitário.

Este capítulo propõe apresentar sinteticamente como se deu o desenvolvimento nos Estados Unidos do fazer jornalístico e da busca pela objetividade, e as tentativas de implantação desse modelo no Brasil. Explica, ainda, o processo de elaboração e implantação das “Regras de Redação do Diário Carioca”, que se norteavam sobretudo pelo lide, pela pirâmide invertida e pela figura do *copy desk*, que foi alvo de críticas por jornalistas como Nelson Rodrigues, que o chamava de “idiota da objetividade”. E, por fim, mostra por que a pretensão de o DC se tornar um grande jornal, em meio a benefícios e empréstimos governamentais, nunca se concretizou.

3.1 O desenvolvimento da imprensa nos Estados Unidos

A Inglaterra e os Estados Unidos foram pioneiros no desenvolvimento de um conjunto de técnicas próprias do jornalismo, com vistas à objetividade, segundo Chalaby (2003). Desde o século XIX a imprensa anglo-americana prioriza aquilo que considera como sendo o aspecto mais importante da notícia, focando-se nos fatos – e não em ideias ou na ordem cronológica. Assim como na França, sua origem teve influência direta da política, servindo como meio de divulgação de ideologias; contudo, seu desenvolvimento aconteceu separado do campo literário, o que favoreceu tal pioneirismo. Além disso, a conquista de importantes receitas de vendas e publicidade gerou independência financeira e menor necessidade de financiamentos, subornos e chantagens políticas. As práticas discursivas se despolitizaram, estimulando um jornalismo preocupado com a informação e o relato neutro.

Focaremos neste subcapítulo o caso da imprensa dos Estados Unidos, que exerceu influência direta na brasileira. Lá, o governo nunca praticou qualquer tipo de caução sobre ela (CHALABY, 2003). A separação entre fato e opinião começou a partir da criação

da chamada *penny press* (“imprensa do centavo”), na década de 1830, por Benjamin Day (New York Sun) e James Gordon Bennett (New York Herald), sendo impulsionada por Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst no final do século XIX. A publicidade ganhou força e os jornais ficaram mais baratos, ampliando o público leitor, que até então costumava se restringir à elite (RIBEIRO, 2003a).

O número de diários saltou de 65 para 138; o de semanários, de 650 para 1.140; a circulação diária, de 78 mil exemplares, passou a atingir a marca de 300 mil (WALTZ, 2015). Para atender a esse público que se expandia e tornava-se cada vez mais heterogêneo, foi adotada a linguagem sensacionalista, explorando escândalos, tragédias e dramas humanos, como já explicamos no capítulo anterior. “O jornal que se democratizava no preço procurava democratizar-se no estilo, atendendo aos gostos do maior número possível de leitores” (JOBIM, 1960, p.76). E, por mais que o sensacionalismo tivesse a emoção como uma de suas principais características, era priorizada a informação, o factual, a narração dos fatos, em detrimento dos comentários e opiniões. Pouco a pouco, os jornais americanos começaram a se tornar mais referenciais, deixando de lado os posicionamentos políticos e ideológicos explícitos (RIBEIRO, 2007).

Estabeleceu-se numa relação triangular e circular: o jornal (através do baixo preço do exemplar e da adoção de uma linguagem sensacionalista) atraía o interesse do público; este consumia junto com as notícias a publicidade; que, por sua vez, contribuía, através de verbas e financiamentos, para a manutenção dos jornais (reduzindo os seus custos e possibilitando a diminuição do preço do exemplar) (RIBEIRO, 2007, p.27).

O trabalho dos correspondentes americanos das agências de notícias, como a Associated Press e a Reuters, a partir da criação do telégrafo, em 1840, também contribuiu para a separação entre notícia e opinião e uma escrita mais sucinta. O alto custo de transmissão da mensagem exigia economia de palavras, concisão, deixando de lado adjetivos, artigos e preposições (COSTA, 2004). Além disso, o telégrafo estava associado à velocidade na transmissão da informação – não havia tempo para a elaboração de textos muito rebuscados. E, em situações como a Guerra de Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos, a precariedade do sistema telegráfico era uma barreira que exigia que os jornalistas enviados ao campo de batalha passassem de imediato as informações mais importantes, considerando a possibilidade de alguma falha nesse processo. Cada um dos repórteres transmitia o seu primeiro parágrafo; depois, começava uma outra rodada de transmissão,

com o segundo, e assim por diante, até todos terminarem o texto, como explica Mônica Caprino (2002) em “Questão de estilo”.

Foi assim que começou a surgir o lide, a apresentação das informações básicas – o quê, quem, quando, onde, como e por que – na abertura, no primeiro parágrafo da notícia, reforçando suposta impessoalidade, em oposição ao nariz de cera. Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva (1991) em “O adiantado da hora”, o lide serviu para resolver um problema prático nas agências de notícias dos Estados Unidos: jornais de todo o mundo usavam o mesmo texto distribuído por elas, que chegava graças ao telégrafo, mas cada um avaliava a notícia de maneira diferente quanto à sua importância e ao espaço que merecia ocupar. Por meio da pirâmide invertida, que ordena a informação em ordem decrescente de relevância, cada periódico podia fazer de maneira rápida e prática os cortes e as adaptações necessárias sem perder o mais importante, que estava no primeiro parágrafo. A pirâmide permitia, ainda, uma leitura rápida.

Ao longo dos séculos XIX e XX os jornais dos Estados Unidos passaram a criar seus manuais de redação próprios, os *style books*, tendo como eixo central o lide e a pirâmide invertida. A imprensa americana, então, passou a dar ao leitor a mesma opção que as agências davam aos jornais: caso desejasse, ele poderia interromper a leitura em qualquer ponto do texto, de acordo com seu interesse no assunto, sem perder a informação principal (SILVA, 2001).

Enquanto na França (e também no Brasil) os jornais se diferenciavam pela ideologia que defendiam, nos Estados Unidos a linguagem era um dos aspectos responsáveis por criar a identidade de cada órgão da imprensa. Havia regras gerais, adotadas por toda a comunidade jornalística, mas também aquelas que eram específicas de cada jornal, as quais ajudavam a estabelecer um vínculo com seus leitores. “Os diferentes veículos estabeleciam enquadramentos diferentes para os fatos e isto, em termos linguísticos, implicava em diferentes regras de redação” (RIBEIRO, 2007, p.216).

As técnicas apresentadas pelos manuais restringiam tanto a linguagem quanto a estruturação do texto, com a pretensão de eliminar seu caráter emotivo e participante, ao mesmo tempo em que aceleravam sua produção, em um ritmo mais industrial. Em busca de uma apresentação referencial, impessoal e direta dos fatos, o narrador deveria estar em terceira pessoa e usar os verbos no modo indicativo. Metáforas, adjetivos e qualquer tipo de subjetividade foram eliminados – as exclamações e as reticências foram proibidas.

Assim como já acontecia com as notícias transmitidas pelo telégrafo, o código linguístico foi limitado para facilitar a produção textual e sua compreensão. Palavras com função meramente enfática, por exemplo, deveriam ser evitadas. E, em vez de narrados cronologicamente, os fatos deveriam ser expostos em ordem de importância (a pirâmide invertida, baseada nos interesses de um suposto “leitor-médio”). Diante destas regras, o talento individual deixou de ser importante no exercício da profissão: bastava ser capaz de dominar as técnicas. Ao mesmo tempo, caminhava-se em direção a uma padronização dos textos (RIBEIRO, 2003a, 2007).

Se, antes, o jornalismo havia sido o lugar do comentário sobre as questões sociais, da polêmica de ideias, das críticas mundanas e da produção literária, agora, ele passava a ser o “espelho” da realidade. Vistos como emergindo naturalmente do mundo real, os acontecimentos, concebidos como notícia, seriam a unidade básica de construção dos jornais (RIBEIRO, 2003a, p.2).

De acordo com Nelson Traquina (2005) em “Teorias do Jornalismo”, essa ideia apresentada por Ribeiro (2003a) daria origem à Teoria do Espelho, a primeira do jornalismo. A notícia seria um espelho da realidade e, o repórter, um mediador desinteressado, que teria a missão de procurar a verdade e expor os fatos a partir de suas observações, sem opiniões pessoais nem juízos de valor. O autor reforça que essa teoria, ao mesmo tempo em que deu legitimidade e credibilidade ao campo jornalístico, tem sido bastante questionada, já que o jornalista constrói um discurso (dentre os vários possíveis) sobre a realidade, com determinada abordagem, que não corresponde à totalidade dos fatos.

A partir da década de 1920, o conceito de objetividade foi desenvolvido e se tornou norma na imprensa americana, em meio ao processo de profissionalização dos jornalistas. Dentre as razões para isso, estava a crescente desconfiança com relação à ideia de que o relato jornalístico reproduzia fielmente os fatos, sobretudo diante da experiência da propaganda durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o surgimento das assessorias de imprensa; o movimento Progressista, que priorizava a técnica como base de um governo eficiente, em vez da política partidária; e a ideia de que, como a fotografia era supostamente capaz de trazer a realidade à tona, o relato jornalístico também deveria sê-lo (ALBUQUERQUE, 2009). Como aponta Carlos Eduardo Lins da Silva,

o jornalismo objetivo é tido como dotado de uma estrutura narrativa (os cinco ‘W’) e de recursos retóricos capazes de separar fato de opinião e, ao mesmo tempo, fornecer aos leitores uma informação ágil e veloz,

mercadoria de alto valor numa sociedade caracterizada pela competição entre os indivíduos (SILVA, 2009, p.261).

Em “Orgulho e preconceito”, Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2012) explicam que a objetividade legitima o discurso jornalístico, exigindo um sujeito neutralizado ou suspenso para que seja apresentada uma suposta verdade. Esse valor defende que todos os lados envolvidos no fato tenham a mesma atenção e condena sobretudo o jornalismo partidário, em que as notícias são enviesadas em prol da política. Mas Zuenir Ventura *apud* Costa (2004) pondera que o “mito” da objetividade fez os jornalistas acreditarem que poderiam alcançá-la em sua totalidade, o que seria uma utopia.

Para Jobim, a objetividade ajuda a tornar mais fidedigno o registro jornalístico: “Ignorar deliberadamente um fato, distorcê-lo por interesse político vai sendo considerado pelo próprio jornalista um jogo mais que desleal, perigoso, podendo desacreditar a folha no conceito mesmo dos que lhe simpatizem com as ideias expostas nos editoriais” (1960, p.28). Porém, admite que, por mais que esse seja um ideal a ser perseguido, nenhum jornal pode utilizá-lo plenamente.

Fundado em 1851, o The New York Times é uma das principais referências da busca pela objetividade, por meio da adoção de procedimentos técnicos, baseados em métodos científicos, para coletar e apresentar informações precisas e exatas. Segundo Gay Talese em “O reino e o poder”, Adolph Ochs (1858-1935), que adquiriu o periódico em dificuldades orçamentárias em 1896,

queria que seu jornal fosse imparcial e completo, uma publicação que atraísse o homem de negócio e, como dizia, “não sujasse a toalha do café da manhã”. Queria um jornal que “dê as notícias, todas as notícias, de forma concisa e atraente, numa linguagem polida, e que as dê mais cedo, se possível, que qualquer outro meio confiável”. [...] Com exceção da página editorial, que poderia muito bem dispensar, queria poucas opiniões no jornal. É certo que se adaptou aos seus críticos literários e teatrais e não se intrometia no trabalho deles, porém ficava perturbando sempre que um espetáculo era bombardeado ou um escritor condenado no Times (TALESE, 2009, p.172-173).

Em “O texto nos meios de comunicação”, Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1987) traçam uma comparação entre o discurso literário e o informativo. A literatura não se propõe a uma comunicação imediata. Nela, o enunciado comum ganha um revestimento artesanal, de modo que suas significações obedeçam à vontade do emissor: a maneira como ele vê o mundo se transparece no texto e as palavras ganham sentido conotativo. O discurso informativo, ao contrário, adota uma linguagem denotativa, mais rígida, e desloca o peso da

relação para o receptor: a intenção do emissor é atingir o maior número possível de destinatários. O receptor da informação, por sua vez, “caracteriza-se pela extensão (dispersão física dos indivíduos num determinado espaço), heterogeneidade (diferenças de classes, idades, sexos, preferências culturais) e anonimato (o emissor não conhece os indivíduos a quem se dirige)” (SODRÉ & FERRARI, 1987, p.9). Por isso, é preciso que o texto seja claro e objetivo, o que não significa empobrecê-lo em termos vocabulares.

Jobim (1960) ressalta que o processo de especialização do discurso na imprensa norte-americana não opunha jornalismo a literatura, como se ambos pertencessem a lados opostos. Para o autor, o manual de redação não prejudica o estilo, já que suas regras são fundamentais para qualquer pessoa que escreve para ser lida e entendida – o que pode servir tanto para um jornalista quanto para um literato. Mas, enquanto o repórter é voltado para as exigências “imediatas e transitórias do grande público”, o romancista se debruça sobre “temas universais e permanentes que nascem da natureza do homem e do mistério da vida” (JOBIM, 1960, p.49).

Dois motivos existem para que o jornalista tenha menor chance que o escritor de prevenir-se contra o lugar comum: o fato de escrever para leitores em sua grande maioria de escasso senso crítico (e, por isso, pouco exigente quanto ao padrão literário do que leem) e a pressão do tempo e do espaço sob a qual trabalha, e que limita suas possibilidades de apurar o estilo. [...] Na verdade, não há uma linguagem de jornal. O jornalista não escreve numa língua especial, mas no bom português, no bom francês, no bom inglês (JOBIM, 1960, p.45).

Um aspecto observado por Ribeiro (2003) é que, ao mesmo tempo em que os jornais americanos adotavam uma linguagem mais neutra e imparcial, surgiam as grandes empresas, os conglomerados jornalísticos nos Estados Unidos. “O desenvolvimento dos jornais-empresa impôs como necessidade a generalização de procedimentos técnicos em relação às normas de redação, à produção gráfica e à composição tipográfica” (RIBEIRO, 2003a, p.8-9). Os manuais de redação foram uma das formas encontradas ao longo desse processo para facilitar a produção em série de textos, por meio da racionalização e padronização do estilo, seguindo a lógica industrial. Eles não apenas traçavam os parâmetros para a escrita, facilitando a assimilação da informação pelo leitor, como também definiam as regras relacionadas à produção gráfica e à composição tipográfica.

Junto com a chegada dos manuais de redação, surgiu o setor responsável pela revisão do texto e de sua estrutura gráfica na página, o chamado *copy desk*. “O *copy desk* desempenhava um papel eminentemente técnico, de correção e adaptação do texto, tendo em

vista a sua impressão, um papel de transição entre duas etapas da produção do jornal, portanto” (ALBUQUERQUE, 2009, p.285). Talese (2009) relata que os *copy desks* eram mais valorizados e ganhavam um salário maior que o dos repórteres americanos, já que ajudavam a evitar erros e, conseqüentemente, possíveis processos judiciais. Eram homens anônimos, bem instruídos e considerados cultos, responsáveis pela manutenção das técnicas ditadas pelos manuais. A maioria não tinha planejado exercer esse ofício ao ingressar no mundo do jornalismo, mas permanecia décadas nessa função “e, secretamente, gostava da vida sedentária, aquela existência quase monástica de palavras medidas, rotinas exatas e compensas silenciosas” (TALESE, 2009, p.67).

Todas essas inovações aconteciam enquanto os jornalistas americanos adquiriam um sentido de categoria, com padrões específicos de comportamento, criando sua identidade profissional. Em vez de metáforas literárias como “personagens”, “dramas” e “conflitos” na produção diária, entraram em cena os procedimentos técnicos e termos típicos do meio científico, como “coleta de dados”, “objetividade” e “informação”. Os membros da comunidade jornalística que participavam das mudanças, muitos deles recém-formados na profissão, eram vistos como “enérgicos” e “ambiciosos”, enquanto os “velhos jornalistas” eram classificados como “boêmios” e “incultos” (SILVA, 2009) – esse mesmo olhar se repetiu no Brasil, na década de 1950, com a aplicação dos manuais de redação por meio de jovens que haviam acabado de sair das universidades.

3.2 A chegada do modelo americano de jornalismo

A pesquisa de Costa (2004) aponta que, no período colonial brasileiro, antes mesmo da chegada da imprensa no país com o desembarque de D. João VI no Rio de Janeiro em 1808, o extenso título de um poema de Gregório de Matos (“Descreve a deplorável peste, que padeceu a Bahia no a. 1686, a quem discretamente chamam bicha, porque variando nos sintomas, para que a medicina não soubesse atalhar os efeitos, mordida por diferentes bocas, como a bicha de Hércules. Também louva o caritativo zelo de algumas pessoas com os enfermos”) já respondia às perguntas que séculos depois fariam parte da definição do lide. O poeta ganhou o epíteto de “Boca do Inferno” por informar em seus textos sobre “a cobiça dos poderosos, os desmandos do clero e a vida dupla de cidadãos aparentemente respeitáveis” (COSTA, 2004, p.153).

A primeira tentativa de adotar no Brasil o padrão norte-americano de coleta e apresentação da informação aconteceu na década de 1880, como destaca Bahia (2009). Em 1887, José do Patrocínio fundou o vespertino Cidade do Rio, inspirado no sensacionalista New York Herald. Havia expectativa de êxito não apenas pelo prestígio de Patrocínio, que participava da campanha abolicionista, como também pela sua proposta inovadora, que priorizava o noticiário factual e os ganhos com publicidade, já seguindo os moldes empresariais. De acordo com o historiador, era como se o Cidade do Rio fosse capaz de condensar as aspirações do leitor naquele período em que a Monarquia dava lugar à República: moderna produção gráfica, foco nas notícias em vez da opinião, editoria de variedades e nomes célebres entre os redatores, como Olavo Bilac e Aluísio Azevedo. Porém, o jornal sobreviveu por apenas 15 anos, devido à má-administração, às dificuldades financeiras e à falta de popularidade, sem ter conseguido adotar, de fato, a estrutura empresarial e o almejado modelo estadunidense ao longo de sua existência.

Já no início dos anos 1900, como lembra Barbosa (2007), começaram a surgir indicações na imprensa brasileira para que fosse relatado o fato, como ele se passou e em quais condições, em uma espécie de prenúncio do que viria a ser o lide. Assim como nos Estados Unidos, a fotografia aqui era vista, em essência, como o próprio real, levando para o texto jornalístico a missão de reproduzir a realidade e trazer a verdade à tona.

Mas foi a partir da chegada das agências de notícias estadunidenses no Brasil que teve início a aproximação com seu modelo narrativo baseado em lides e pirâmides invertidas. O texto das agências, que chegava ao país por meio do telégrafo, reforçava um discurso tido como neutro, sem opiniões, para atender ao máximo possível de jornais, das mais diversas vertentes. A francesa Havas, atuante no país desde o século XIX, passou a dividir espaço, por exemplo, com a United Press, que começou a prestar serviços ao Estado de S. Paulo em 1918, e a Associated Press (BARBOSA, 2007).

Além disso, conforme mostra Silva (1991), em maio de 1926 empresários promoveram o I Congresso Pan-americano de Jornalismo, em Washington, que formulou as bases para a criação da Sociedade Interamericana de Imprensa, entidade sem fins lucrativos que buscava intercâmbio entre os jornalistas americanos e os da América Latina, incluindo o Brasil, com bolsas de estudos e intercâmbios. No congresso, que estimulou o cuidado para não exprimir opinião nem fazer comentários nas notícias, reforçando a objetividade, estavam presentes 14 representantes brasileiros. Um desses representantes foi Gilberto Freyre, a

quem Melo (2000, 2005a) atribui a criação do primeiro manual de redação jornalística do Brasil, em 1929, ao assumir a direção do jornal recifense *A Província*.

Um dos meus empenhos é dar ao noticiário e às reportagens um novo sabor, novo estilo: muita simplicidade de palavra, muita exatidão, algum pitoresco. Isto é que é importante num jornal. E nada de bizantinismo. Nada de se dizer “progenitor” em vez de pai nem “genitora” em vez de mãe. Já preguei no placard um papel em que se proíbe que se empreguem no noticiário não só essas palavras pedantes em vez das genuínas, como “estimável”, “abastado”, “onomástico”, “deflui”, “transflui” etc (FREYRE *apud* MELO, 2005a, p.205).

Influenciado pelo congresso de 1926 e pela observação dos rumos da linguagem da imprensa americana enquanto morou nos Estados Unidos, o objetivo de Freyre era eliminar preciosismos, como o uso da expressão “precioso líquido” em vez da palavra “água”, homogeneizando e padronizando os textos do diário. Ele criticava o escritor erudita, fazendo uma contraposição àquele que seria o jornalista nato: “ágil, plástico, sensível ao que o cotidiano tem de mais dramático, de mais humano” (FREYRE *apud* MELO, 2005a, p.206). Contudo, o prosseguimento da experiência teria sido inviabilizado pela oposição de alguns redatores à mudança e pelo fato de Freyre ter partido para o exílio um ano depois.²²

Ainda assim, a presença de autores modernistas e realistas nas redações contribuiu para um jornalismo mais conciso e menos influenciado pela literatura, como observa Costa (2004). A influência da Semana de Arte Moderna de 1922 fez com que o homem de letras, em vez de ser uma “estrela” que produz contos ou poemas, passasse a escrever reportagens, fazer correções e até ocupar cargos de chefia. Antes mesmo que o lide e a pirâmide invertida do modelo norte-americano fossem implantados no Brasil, “foi como jornalistas braçais que escritores como Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade e Oswald de Andrade levaram para a imprensa os preceitos de uma literatura moderna” (COSTA, 2004, p.68). Ramos, por exemplo, comparava o ato de escrever ao ofício das lavadeiras de Alagoas.

Deve-se escrever da mesma maneira com que as lavadeiras lá de Alagoas fazem em seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e

²² O jornalista e sociólogo saiu da Bahia em outubro de 1930 rumo a Portugal, fazendo escala pela África. Essa viagem foi o ponto de partida para o início dos estudos que levaram à sua mais famosa obra, “Casa-Grande & Senzala”, conforme o autor relata no prefácio do mesmo livro.

mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.²³

Foi a partir do governo Roosevelt (1933-1945) que os laços entre Estados Unidos e Brasil começaram a se estreitar. Segundo Silva (1991), o motivo seria a aproximação do Estado Novo de Vargas com ideias nazifascistas. Surgiram projetos de cooperação bilateral, empresas norte-americanas se instalaram no país, a cultura da terra do Tio Sam se disseminou por meio de filmes, discos e livros, e a presença das agências de notícias ficou mais forte. Ao mesmo tempo em que essa influência aumentava, acontecia o declínio da presença europeia no país.

Na década de 1940 o alinhamento com Washington se intensificou, resultando inclusive no envio de tropas brasileiras para combater ao lado dos americanos na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Enquanto o conflito acontecia, foi criado o “Office of the Coordinator of Inter-American Affairs” (OCIAA), sob o comando de Nelson Rockefeller, com o objetivo de ampliar a distribuição de artigos de interesse do governo norte-americano à imprensa da América Latina e patrocinar viagens de jornalistas aos Estados Unidos (SILVA, 1991).

Um desses jornalistas patrocinados foi Pompeu de Sousa, editor do noticiário internacional do Diário Carioca. Ele redigia pequenas notas sobre a Segunda Guerra Mundial na coluna Guerra Dia a Dia, publicada até dezembro de 1940, a qual permitiu seu primeiro contato com as técnicas de redação adotadas pelas agências dos Estados Unidos. Junto com Orígenes Lessa, Raimundo Magalhães Jr. e Júlio Barata, dentre outros, Sousa foi indicado em 1941 pelo DIP para reforçar as relações com os americanos, por meio do OCIAA. Lá, trabalhou nas rádios NBC (National Broadcasting Company) e CBS (Columbia Broadcasting System), sendo responsável por um noticiário de 15 minutos e um radioteatro que abordava questões relacionadas à guerra, como aponta Rosemary Bars Mendez (2006) em “Pompeu de Sousa: jornalista, professor e político”. Para Andrade (2003), a indicação do governo Vargas para que o OCIAA patrocinasse a viagem de Sousa aos Estados Unidos teria sido pelo incômodo que ele causava com suas críticas ao Estado Novo no DC.

²³ RAMOS, Graciliano. **Linhas tortas**. Disponível em: <http://graciliano.com.br/site/obra/linhas-tortas-1962/>. Acesso em: 17 nov. 2016.

Apesar de não ter frequentado redações de jornais durante o tempo em que trabalhou nas rádios dos Estados Unidos, Pompeu de Sousa passou a observar as diferenças em relação aos periódicos brasileiros, como a clara busca da objetividade e a evidente separação entre informação e opinião (MENDEZ, 2006). Ao voltar do país, na segunda metade de 1943, como chefe de redação do DC, ele paulatinamente passou a adotar o que havia observado e aprendido. Sousa (1992) relata que o cronista de turfe Prudente de Moraes Neto chamava suas inovações de “galinhagens do Pompeu” – mas em tom amistoso, já que Moraes Neto era um dos maiores entusiastas das mudanças.

No dia 2 de agosto de 1945, o título “Sai Dutra, Entra Góes” causou polêmica. A notícia informava que o general Eurico Dutra, ministro de Guerra, havia deixado o cargo para concorrer à Presidência – em seu lugar, entrou o general Góes Monteiro. O modelo dominante até então pregava que personalidades importantes deveriam ter todas as suas honrarias indicadas, mesmo nos títulos das notícias, que por esse motivo costumavam ser extensos.

Era uma notícia sem maior importância, porque todo mundo sabia que o Dutra era candidato. [...] Portanto era uma notícia fraca, uma nota de uma coluna. [...] Mas o título de matéria na época era uma coisa solene, séria. Esse titulozinho de matéria de uma coluna gerou um escândalo nacional (SOUSA, 1992, p.27).

Ainda segundo Sousa (1992), o diretor do DC, Macedo Soares, ficou impressionado com a repercussão dessa “ousadia”. Ele, que almoçava diariamente no Jockey Club junto com outras personalidades da capital – uma tradição da época –, relatou que “todo mundo reclamou” e ficou “em estado de escândalo”. Apesar das críticas, os títulos, a partir de então, passaram a ficar cada vez mais curtos, objetivos, indo em busca também de uma padronização gráfica (COSTA, 2011).

Dois dias depois do controverso título, em 4 de agosto teve início no DC a coluna “Cartas a um foca”, assinada pelo pseudônimo Joaquim Manoel. “Numa terra em que todos se julgam jornalistas, eis uma pequena seção para discutir todos os dias os assuntos do jornalismo”, dizia a apresentação. A coluna trouxe em sua estreia uma explicação sobre o lide – “o contrário daquela literatura desconversadeira” – com base nas explicações do editor do New York Herald Tribune, Stanley Walker. Em tom didático, destacou que, ao mesmo tempo em que as primeiras linhas do texto já deveriam satisfazer a curiosidade do leitor, também precisavam servir como estímulo para que ele prosseguisse a leitura.

Geralmente o “lead” começa por um substantivo, um artigo, raramente um gerúndio, uma preposição ou uma citação. Walker acentua que ele deve conter “uma promessa das grandes coisas subsequentes” e deve ser “muitíssimo direto”. Exemplo: “O sr. Getúlio Vargas aceitará a sua candidatura, anunciou ontem o interventor de São Paulo, falando nos Campos Elísios.” A seguir, os detalhes. O contrário disto é assim: “Dia a dia se acumulam as provas de que o sr. Getúlio Vargas quer mesmo ficar, de qualquer maneira” etc. E no fim o principal, ou seja, a informação.²⁴

Porém, paradoxalmente, a própria coluna foi escrita nos moldes do nariz de cera. Antes de se falar sobre a “bem definida” tradição jornalística norte-americana e apresentar algumas de suas regras, foi criticada a suposta vontade que todos os brasileiros tinham de ser jornalistas e o modelo de redação predominante no país, mais próximo à literatura de ficção, à poesia e até mesmo aos relatórios e pareceres, com uma linguagem hermética. Autores como Ribeiro (2003a) acreditam que quem estava por trás do pseudônimo Joaquim Manoel era o próprio Pompeu de Sousa; Rodrigues & Faria ressaltam que, ao mesmo tempo em que Sousa defendia o lide, era também um “escritor derramado, com períodos que chegavam a mais de 20 linhas” (1995, p.7).

As normas apresentadas pela coluna iam ao encontro do contexto daquela época de crescente processo de industrialização no Brasil. Elas já adiantavam algumas das regras básicas do manual que Sousa escreveria em 1950, recomendando concisão, simplicidade, objetividade e clareza na prática jornalística, de modo a romper com qualquer pretensão literária. O nariz de cera já não era compatível com o dinamismo da sociedade, não havia mais tempo para leitura de textos prolixos. A demanda por rapidez estava presente tanto na produção de notícias quanto no seu consumo. “O leitor acabou arranjando um processo de burlar o nariz de cera: se ele queria se informar, lia o último período, o último parágrafo, fazia o lide, o lide às avessas. O leitor acabava fazendo seus macetes” (SOUSA, 1992, p.24).

Inovações como a eliminação de adjetivos e chavões, a supressão paulatina de formas de tratamento e a aproximação da linguagem falada, reduzindo o uso de jargões jurídicos (uma influência da alta presença de bacharéis em Direito nas redações), refletiam a influência dos modernistas de 1922. Outra mudança no DC foi o uso de expressões entre parêntesis nos títulos, tendo em vista a padronização tipográfica para reduzir a “confusão” gráfica. “Como o título tinha que ser muito rígido, tudo com o mesmo corpo, às vezes não cabiam todas as palavras necessárias. A solução era colocar um parêntesis e dentro dele uma expressão em duas linhas, que completava o sentido do título”, explica Sousa (1992, p.27).

²⁴ Cartas a um foca. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 4 ago. 1945, n. 5.256, p.4.

O jornalista também acabou com a obrigatoriedade do uso de artigos e passou a usar abreviaturas – atribui-se a ele a criação do famoso “JK”, indicando o nome do presidente Juscelino Kubitschek. Era preciso dizer o que fosse possível em um pequeno espaço, como pregava o slogan do DC: “O máximo de jornal no mínimo de espaço”. Em “A reforma do Diário Carioca na década de 50”, Izamara Bastos Machado (2003) lembra que certa vez a palavra “assembleia” foi redigida como “assem.” por falta de espaço – uma abreviação que chegava a dificultar a compreensão pelo leitor.

Naquele ano de 1945 o DC comemorou o fim do Estado Novo, em outubro, e defendeu a volta ao regime democrático. O famoso editorial “Antes do amanhecer cantam os galos”, de Macedo Soares, falava sobre uma imprensa que se despertava dos anos de censura. O general Eurico Gaspar Dutra foi eleito e uma Assembleia Constituinte elaborou a Constituição de 1946, com tendências liberais.²⁵ No entanto, o governo interviu nos sindicatos e fechou a Confederação dos Trabalhadores do Brasil. O Partido Comunista Brasileiro teve seu registro eleitoral suspenso e o mandato dos parlamentares foi cassado. A “Campanha do Petróleo”, de viés nacionalista e contra o Estatuto do Petróleo proposto por Dutra, foi associada ao comunismo e reprimida (COELHO & SILVA, 2003).

Se a princípio o DC se opôs ao governo Dutra, pouco depois passou a apoiar a situação. A proximidade de Macedo Soares e Horácio de Carvalho com o presidente rendeu altos empréstimos públicos do Banco do Brasil para o jornal, os quais viabilizaram a construção de sua nova sede na avenida Presidente Vargas e a compra de equipamentos para montar uma das mais modernas gráficas do país, a Érica. O prédio, assinado pelo arquiteto Afonso Eduardo Reidy, ficou pronto no primeiro semestre de 1950. Tinha apenas quatro andares, mas o custo operacional era alto – suas instalações eram consideradas de luxo naquela época (RIBEIRO, 2007; COSTA, 2011).

Foi em meio a essa mudança de sede que teve início uma das principais contribuições do DC para o jornalismo brasileiro. Desde 1949, Pompeu de Sousa estudava minuciosamente o fazer jornalístico estadunidense, devido ao convite para ministrar a disciplina “Técnicas do jornal e do periódico” na então Universidade do Brasil e hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto com Danton Jobim (redator-chefe do DC).²⁶ “Percebi então que para ensinar Jornalismo eu tinha de aprender Jornalismo

²⁵ CPDOC FGV. **Diário Carioca**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20CARIOCA.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2016.

²⁶ Em 1968 foi criada a Escola de Comunicação da UFRJ, apoiada na estrutura do curso de Jornalismo da Universidade do Brasil, e Danton Jobim assumiu o cargo de vice-diretor (MELO, 2005b).

sistematicamente, tinha de estudar pelos livros as técnicas já codificadas, não era suficiente mais aquela forma intuitiva como eu tinha aprendido Jornalismo” (SOUSA, 1992, p.24). Com o objetivo de formar uma nova geração de jornalistas, o curso estimulou uma revisão nos métodos da imprensa.²⁷

3.3 A consolidação: o manual de redação

No domingo de Carnaval de 1950, Sousa consolidou em um manual de redação seu aprendizado, que vinha sendo acumulado desde o período em que morou nos Estados Unidos, e decidiu implantá-lo no DC junto com o *copy desk*, que para ele seria capaz de padronizar a qualidade do texto e de sua apresentação. Fez uma adaptação com o que lhe parecia mais conveniente para o jornalismo brasileiro dentre os diversos manuais aos quais teve acesso, já que cada jornal americano tinha o seu próprio conjunto de regras, para preservar a identidade.

Sousa (1992) admite que não criou nada, apenas confrontou o que achou interessante – incorporou alguns elementos, rejeitou outros. “Caía por terra o texto caricaturado, com nariz de cera, partidário e panfletário, para nascer o texto informativo e objetivo, ensinado até hoje nas salas de aulas das universidades brasileiras” (MENDEZ, 2006, p.7). Entrava, no lugar do nariz de cera, o lide – “uma subversão na técnica redacional” (SOUSA, 1986, p.22) –, que respondia as principais perguntas do leitor logo na abertura da notícia.

O ofício do jornalismo, então, passou a consistir em “escolher o assunto mais palpitante nas poucas horas que antecedem a edição; encará-lo apenas pelo seu principal aspecto; ir abruptamente ao assunto, sem exórdio; redigir tudo em algumas horas e numas poucas laudas” (JOBIM, 1960, p.208). A linguagem, para isso, deveria ser enxuta, fluente e acessível ao máximo possível de leitores, que naquele momento já não tinham muito tempo para refletir sobre o significado do que liam. Um estilo enxuto não deveria exigir esforços para sua compreensão além de uma primeira e superficial leitura.

Albuquerque (2008, 2009) destaca o fato de a elaboração das regras ter acontecido no Carnaval, quando, na sociedade brasileira, as normas que regem a vida cotidiana são, de certo modo, suspensas – é um ritual de inversão da ordem. De acordo com

²⁷ Em 1958, o jornalismo era ensinado em nove escolas superiores – três mantidas pelo Estado, e outras seis por instituições particulares (JOBIM, 1960).

Sousa, a folga durante as festividades lhe permitiu ter tempo para sentar-se diante da máquina e começar a escrever o que estava projetando há oito anos: “Meu objetivo era criar ou adaptar para nós a técnica redacional baseada no *copy desk*. Estabelecer as linhas mestras de uma redação objetiva, com informações objetivas, sem nenhum comprometimento com a opinião” (1986, p.22). Inspirado no modelo norte-americano e diante da urgência de pôr as regras em prática, o jornalista defende que o único termo que teve tempo de traduzir ou, em suas palavras, “adaptar”, foi *style book*. Na quarta-feira de cinzas, imprimiu um livreto de 16 páginas com o título “Regras de Redação do Diário Carioca” (ver anexo VIII).

Somente no dia 28 de maio, um domingo, as mudanças iriam de fato chegar às páginas do jornal, em uma edição especial de 73 páginas. Já no dia 25 do mesmo mês, o DC anunciou a chegada do “novo Diário Carioca”, mais atraente, moderno, informativo e dinâmico, com quatro suplementos, querendo enfatizar certo pioneirismo. Na capa do dia 28, um editorial dedicado à “nova fase” explicou a tentativa de adaptar o jornal à mesma fórmula técnica adotada nos mais modernos órgãos da imprensa mundial, sem explicitar a existência de um manual que regeria a prática dos jornalistas dali em diante. Reconheceu, contudo, não ter alcançado a “perfeição” que ambicionava, com falhas de impressão e a ausência de cores no suplemento infantil “O Carioquinha”, que tinha oito páginas ilustradas com quadrinhos americanos. Dos cinco cadernos, o plano era que dois fossem integralmente impressos a cores – além de “O Carioquinha”, que teve os problemas gráficos corrigidos na edição dominical seguinte, a “Revista do DC”, dedicada às mulheres. O editorial justificou também o aumento do preço da edição avulsa – de 50 centavos para 1 cruzeiro – em decorrência das despesas com os investimentos. Mas, segundo Ribeiro (2007), o maior número de páginas e as seções a cores da nova fase não durariam muito tempo: por questões de economia, no mesmo ano o DC voltaria a ser editado em um caderno de 12 páginas.

Os anúncios, muitos em página inteira, saudavam a modernidade do DC naquela edição especial. Os comerciantes e industriais do Rio de Janeiro queriam fazer parte da festa (COSTA, 2011). Desde 1949 o DC explorava o seu aspecto empresarial, por meio da contratação da concessionária de publicidade Elan Propaganda, que auxiliava a obtenção de anúncios – geralmente no segmento de produtos e serviços para a classe média. Os rendimentos do DC passaram de 5,7 milhões de cruzeiros para 7,6 milhões naquele ano; em 1950, saltou para 8,8 milhões de cruzeiros; e, em 1952, atingiu 12,3 milhões (RIBEIRO, 2001, 2007).

Utilizando o caso do DC como exemplo, Ribeiro (2007) estabelece a seguinte comparação: enquanto a modernização da imprensa no Brasil foi financiada por relações políticas, como os empréstimos públicos concedidos durante o governo Dutra, em países com capitalismo avançado, como os Estados Unidos, foram os lucros com a publicidade que permitiram esse processo. Além disso,

a transformação da imprensa brasileira foi impulsionada por grandes mudanças econômicas de cunho macrossociais (como industrialização, crescimento econômico e demográfico e aumento do nível de instrução da população) e por fatores conjunturais (como a adoção de uma política de crédito favorável) (RIBEIRO, 2007, p.36).

A publicidade nos jornais brasileiros ganhou força após o término da Segunda Guerra Mundial, diante do crescimento industrial. Se na década de 1920, como dissemos, havia apenas quatro agências, no fim dos anos 1950 esse número chegava a quase 300 – a maioria delas no Rio de Janeiro e em São Paulo. O que determinava o jornal para o qual seria destinado o anúncio era sua força de venda; desse modo, aos poucos a estrutura do mercado jornalístico começou a se alterar no país, em direção a uma concentração da imprensa, já que publicações maiores captavam grande parte das receitas publicitárias (RIBEIRO, 2001, 2007).

No início da década de 1950 havia 230 jornais diários no Brasil, com tiragem de 5.750.000 exemplares. No Rio, eram apenas 18 (13 matutinos e 5 vespertinos), mas o número somado de exemplares correspondia a 21,65% do total nacional (BARBOSA, 2007). A transformação do modo de fazer jornalismo do DC foi caracterizada por seus agentes como “a nova imprensa brasileira”, promovida por alguns poucos jovens jornalistas e visionários. Ao trazer o discurso de neutralidade e objetividade imbricado no lide e na pirâmide invertida, buscava-se autonomizar o campo jornalístico do literário, como forma de legitimação de classe, já que o jornalismo estava em processo de profissionalização. Alguns meses antes, em dezembro de 1949, contudo, o *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, foi lançado já com um manual próprio (BARBOSA, 2007), apesar de Sousa *apud* Coelho & Silva (2003) acusá-lo de um suposto plágio.

Como analisa Albuquerque (2008), o time do DC, liderado por Pompeu de Sousa ao lado de Danton Jobim e Luís Paulistano, criou em torno de si a mítica da inovação, da criação, do inédito. Vale lembrar, ainda, que Sousa foi o único, dentre os três, que apresentou consistentemente sua visão sobre o processo de reforma, por meio de entrevistas e textos de sua autoria, o que pode ter contribuído para seu protagonismo.

Os jornalistas que antecederam à reforma são invariavelmente descritos em termos pejorativos, apresentados como tecnicamente despreparados e moralmente desqualificados, ou, dito de forma mais simples, como “boêmios” e “picaretas”. O período em que eles predominaram pode ser bem descrito como correspondendo ao caos primordial que antecede à instauração da verdadeira ordem pelos heróis fundadores (ALBUQUERQUE, 2008, p.98).

Os impactos das “transformações”, segundo Barbosa (2006a), estão mais nas construções discursivas dos homens de imprensa, nos seus relatos, do que de fato aconteceu na época. A mítica da modernização nada mais é do que a sedimentação de mudanças que, como já dissemos, tiveram início no começo do século XX e encontraram no contexto de transformações político-econômicas brasileiras nos anos 1950 o cenário favorável para enfatizar o discurso da neutralidade. Como “desenvolvimentismo e modernização são palavras de ordem, também os jornais diários mais importantes da cidade apressam-se em se transformar e, o mais importante, construir aquele momento como um marco fundador” (BARBOSA, 2007, p.149).

A historiadora também chama a atenção para o fato de que, na medida em que o jornal deixou de expressar concepções pessoais, em busca do ideário de isenção do repórter ao transmitir a notícia, foi sendo construída a noção de uma linguagem jornalística neutra e objetiva. Contudo, ainda que isso estivesse presente no discurso dos profissionais da época, o jornalismo continuava a ser porta-voz do discurso político. A imprensa brasileira não funcionava como um contrapoder, mas sim como uma espécie de poder instituído. Um exemplo disso foi a atuação dos periódicos durante a crise política de 1954, que culminou no suicídio do presidente Getúlio Vargas. “Os jornais brasileiros nunca puderam assumir, por exemplo, o papel de *watchdogs* [guardiões da informação, porta-vozes da sociedade], que lhes era reservado no ideário norte-americano. [...] A imprensa sempre teve uma relação simbiótica com a política” (RIBEIRO, 2007, p.271).

Entretanto, é certo, na visão de Ribeiro (2007), que a reforma iniciada pelo DC marcou a passagem do jornalismo político-literário para o empresarial, deixando de lado a polêmica, a crítica e o doutrinamento. Entrou em cena “um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida “objetiva” e “imparcialmente” na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião” (RIBEIRO, 2007, p.10). Nesse cenário, a ideia de autoria como expressão de interioridade deixou de existir no campo

jornalístico. A protagonista passou a ser a informação, e o compromisso passou a ser comunicar a verdade, como explica Costa (2004).

O próprio The New York Times, que na década de 1950 já tinha consolidado a aplicação do manual de redação, buscou enxugar ainda mais o seu estilo naquele momento, diminuindo até mesmo o tamanho dos lides, que já costumavam ser breves. Deixou de ser financeiramente vantajoso publicar reportagens extensas sobre eventos que não mereciam tanto destaque: era preciso espaço cada vez maior para a publicidade, de modo que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o número de linhas com anúncios já superava o de notícias. Havia, contudo, cautela, pois a direção sabia que o jornal “era um empreendimento extremante bem-sucedido e que qualquer mudança introduzida ou permitida por ele poderia ter um efeito adverso na combinação vencedora” (TALESE, 2009, p.218).

De acordo com Rodrigues & Faria (1995), ainda que o DC fosse um jornal pequeno e, por isso, mais propício para inovações, as mudanças editoriais poderiam trazer grandes riscos. Contudo, Horácio de Carvalho, proprietário do jornal naquele momento, era mais boêmio que empresário, e, portanto, não se opôs às inovações. O tom irreverente característico do DC (tanto nas suas páginas quanto na própria redação) também trouxe certa liberdade para a adoção das medidas propostas por Sousa com base em seu contato com o jornalismo norte-americano e com a docência. “Provavelmente, se o clima no Diário Carioca fosse pesado, triste, soturno, nada teria acontecido. A alegria, o afeto, tornou o aprendizado das novas regras de fácil absorção” (COSTA, 2011, p.229-230).

Para que a iniciativa fosse satisfatória, a estratégia do chefe de redação do periódico foi treinar os “focas”, jornalistas que haviam acabado de concluir a universidade. Até então, o DC não costumava contratar alunos recém-formados. Experiência significava vícios, e por isso Sousa diz que “precisava de gente zero quilômetro” (1986, p.22) para aplicar as regras do manual. Convidou, então, o chefe de reportagem, Luís Paulistano, que, apesar da experiência, seria capaz de uma revisão na prática cotidiana do jornalismo, de uma “subversão” em relação ao que era feito até então.

O time de “focas” foi selecionado por testes, para que eles já iniciassem a vida prática da profissão imersos no novo modelo proposto. Jobim explica que, até então, os bons repórteres e redatores eram ocupados demais para dar algum tipo de assistência aos “focas”, que por sua vez eram relegados ao segundo plano e pouco instruídos na prática cotidiana; com isso, adquiriam “erro, vício e preconceitos” (1960, p.241).

Um desses escolhidos foi José Ramos Tinhorão (1986), que diz considerar “revolucionária” a ordem presente na quarta página do manual do DC: usar parágrafos curtos e evitar palavras desnecessárias, adjetivos e frases feitas. A norma era tão importante que, talvez por algum descuido, se repetia na sexta página, com pequenas variações nos termos empregados. Para o jornalista, em um país com tradição de exaltar os doutores, era vista como um “atrevimento” a restrição do título de “dr” apenas aos médicos, quando no exercício da função. Tratamentos como “o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Eminentíssimo Marechal de Exército Eurico Gaspar Dutra” seriam modificados, nas páginas do DC, para “o presidente Eurico Dutra” ou mesmo “o presidente Dutra”. O lide decretava a morte do nariz de cera, conforme analisa Tinhorão (1986).

Além de Tinhorão, entraram para o DC nomes como Armando Nogueira, Evandro Carlos de Andrade, Jânio de Freitas, Ferreira Gullar e Nilson Lage. Assim, por meio dos “focas” a reforma se consolidou. “Todos tinham uma febre de criação muito grande. Todos se sentiam altamente motivados, sobretudo porque eu incentivava a emulação com críticas de toda ordem. [...] A grande preocupação de todos era que a técnica fosse criativa, jamais automatizada” (SOUSA, 1986, p.22-23).

Cabe destacar que a reforma da turma de Pompeu de Sousa se restringiu mais à técnica de produção textual do que na técnica de reportagem, de coleta de informações – o que deveria ser primordial, já que a apuração do DC era bastante falha (ALBUQUERQUE, 2008). O manual tinha a função de disciplinar o repórter e o redator, mas não trazia recomendações básicas como ouvir todos os lados de uma história em busca da imparcialidade. Para Ribeiro (2007), isso talvez seja um reflexo dos limites impostos pelos conchavos políticos que permaneceram atuantes no jornal.

Luís Paulistano não apenas “adestrou” os “focas”, como também criou o sublide, inexistente no modelo americano, ao colocar o manual em prática. Trata-se de um desmembramento do lide no segundo parágrafo da reportagem, ligando a abertura ao corpo do texto. O sublide desenvolve com mais detalhes as informações do lide ou apresenta informações secundárias, ao mesmo tempo em que tem o papel visual de auxiliar a diagramação da notícia na página, equilibrando o tamanho dos parágrafos para uma melhor harmonia gráfica (MENDEZ, 2006).

A combinação lide/sublide permitiu a consolidação no DC de uma capa feita com chamadas, apresentando uma maior variedade de assuntos e em melhor disposição gráfica (MACHADO, 2003). Até então as notícias começavam a ser redigidas na primeira

página, na medida em que fosse possível preencher o espaço disponível, sendo interrompidas até mesmo no meio da frase, e depois continuavam nas páginas internas (ver anexo IX). Sob o ponto de vista gráfico, elas eram dispostas com base no improvisado. Aos poucos, manchetes e títulos passaram a seguir certo padrão redacional e estético (RIBEIRO, 2007).

Uma outra particularidade do modelo estadunidense no Brasil, além do sublide, foi o papel assumido pelo *copy desk*, como ressaltam Sousa (1992), Ribeiro (2007) e Albuquerque (2008, 2009). Enquanto nos Estados Unidos o *copy desk* é a mesa de originais, onde se sentavam os *copy readers* (revisores), no Brasil o termo passou a designar tanto um setor da redação quanto os profissionais que nele trabalhavam. Aqui, em vez de apenas corrigir ou preparar textos para a impressão, o *copy desk* tinha função normativa e disciplinar, como forma de assegurar a aplicação da reforma e a qualidade do periódico. Ele padronizava a língua e o estilo, além de checar a veracidade das informações e a apresentação da informação no formato de lide e pirâmide invertida. Os títulos também estavam sob sua responsabilidade.

Jobim (1960) defende que o *copy desk* era indispensável. Ao checar dados conflitantes, eliminar repetições e condensar a informação, ele poupava espaço no jornal, cada vez mais valorizado devido à publicidade, em alta desde o pós-guerra. E, com tantas notícias disponibilizadas ao público, era preciso facilitar a leitura, hierarquizando os seus elementos – primeiro a síntese do fato, depois o relato em si, e no final os detalhes menos importantes.

Sob a ótica do *copy desk*, o jornalismo era visto, sobretudo, como uma atividade textual e interna, exercida dentro do ambiente da redação, no sentido oposto do repórter que ia para a rua em busca da informação. Segundo Nilson Lage,²⁸ que exerceu a função de *copy desk* no DC, muitos repórteres – mesmo aqueles com muito tempo de experiência em apuração – não dominavam a técnica de redação jornalística e nem seriam capazes de aprendê-la. De acordo com o jornalista, eles não sabiam escrever: erravam regência verbal, concordância, ortografia e em alguns momentos eram contraditórios ou ininteligíveis.

O copidesque raramente “penteava”. Ele reescrevia. Em alguns casos, o redator deixava o texto de lado, chamava o repórter e mandava: “Senta aí e conta”. O repórter, constringido, “contava” o que vira, ouvira e tentara reportar, e logo a matéria estava acabada e encaminhada ao secretário, para diagramação. Era mais rápido, diziam, do que pentear ou reescrever; e isso numa Olivetti ou numa Remington, porque o computador nem em sonhos

²⁸ LAGE, Nilson. **Para que serve um curso de Jornalismo.** Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da060220021.htm>. Acesso em: 27 abr. 2016

existia. [...] Um verdadeiro suplício. Só mesmo o “senta aí” evitava a trabalhadeira danada que aquelas matérias exigiam (PONTES *apud* COELHO & SILVA, 2003, p.75).

As críticas ao modelo adotado pelo DC, baseado no manual de redação e no *copy desk*, foram imediatas. Sousa (1992) lembra que os grandes jornais acharam graça e ridicularizaram as inovações. A classe jornalística teria reagido com desprezo ao “transplante” das regras norte-americanas no pequeno matutino. O jornalista Osório Borba, que estava no DC desde sua fundação, em 1928, disse que Sousa estava deformando o jornalismo e a língua portuguesa (COSTA, 2011).

Nelson Rodrigues, por sua vez, chamou os *copy desks* de “idiotas da objetividade”, sendo a objetividade uma “doença grave”, já que a carga dramática presente nas notícias até então era capaz de imitar a própria vida, segundo o autor (BARBOSA, 2007). O literato sentia-se polido com essa padronização, que empobreceria o texto. Na época, ele havia se desentendido com Sousa, a quem chamava de “pai dos idiotas da objetividade” (SOUSA, 1992).

Rodrigues, que era redator, ou seja, escrevia as notícias após a apuração feita pelos repórteres, foi substituído pelos *copy desks*. Com ironia, dizia que, se o *copy desk* já existisse na época dos Dez Mandamentos, eles teriam sido reduzidos a cinco. Um dos seus maiores incômodos foi a retirada dos pontos de exclamação dos títulos, que até então agregavam uma dose de emoção ao fato. Era difícil para ele aceitar que o sensacionalismo, que misturava realidade e ficção, dava lugar ao modelo técnico americano, mais uniforme e impessoal, que desvalorizava a autoria e deixava o texto mais enxuto. O dramaturgo não considerava ser possível a divisão entre texto jornalístico e literário (COSTA, 2004; RIBEIRO, 2007).

Na redação não havia nada da aridez atual e pelo contrário: - era uma cova de delícias. O sujeito ganhava mal ou simplesmente não ganhava. Para comer, dependia de um vale utópico de cinco ou dez mil-réis. Mas tinha a compensação da glória. Quem redigia um atropelamento julgava-se um estilista. E a própria vaidade o remunerava. Cada qual era um pavão enfático. Escrevia na véspera e no dia seguinte via-se impresso, sem o retoque de uma vírgula. Havia uma volúpia autoral inenarrável. E nenhum estilo era profanado por uma emenda, jamais. Durante várias gerações foi assim e sempre assim. De repente explodiu o *copy desk* (RODRIGUES *apud* BARBOSA, 2007, p.149).

Em entrevista a Geneton Moraes Neto,²⁹ Rodrigues criticou o destaque que os “fracassados” *copy desks* ganharam na redação. “A verdade é que o fato só, em si mesmo, é uma boa droga”, disse, ao ser questionado sobre a busca da objetividade. Como exemplo, citou seu incômodo com o DC, que “não pingou uma lágrima sobre o corpo de Getúlio” após seu suicídio, justamente por conta da objetividade, enquanto havia uma comoção nacional pela morte do populista: “Pode-se falar na desumanização da manchete. [...] Agora, a nossa realidade está realmente muito pobre, muito vazia, sem um certo apelo dramático”.

Como mostra Ribeiro (2007), o modelo norte-americano de jornalismo chegou ao Brasil e se consolidou não apenas por conta da crescente influência dos Estados Unidos, como também pela superioridade editorial e pela força de sua imprensa. O país passou a exercer um fascínio crescente no Brasil no pós-guerra, representando a modernidade e o progresso. O comportamento, o vestuário e os padrões eram direcionados pelo cinema hollywoodiano, o *rock'n roll*, a literatura *beatnik* e a publicidade. Desse modo, naquele momento, reformar os jornais com base no modelo estadunidense significava conceder ao jornalismo um capital simbólico, transformando seu discurso em uma “fala autorizada”, fiel aos fatos, de modo que a imprensa se tornasse um ator social reconhecido.

A década de 1950, como vimos, apesar de ser narrada como uma “ruptura” com o modelo de jornalismo adotado até então, deve ser compreendida, na verdade, como o momento de consolidação de mudanças pelas quais a imprensa brasileira passava desde o início do século. Além disso, foi em meio à modernização das empresas e dos textos, junto com a consolidação do curso superior de Jornalismo, que a profissionalização, enfim, se efetivou. O jornalismo deixou de ser uma ocupação provisória, seus profissionais adquiriram uma identidade própria e os salários melhoraram (RIBEIRO, 2007).

O DC, por sua vez, nunca aplicou rigorosamente as regras do próprio manual, já que a técnica sofria interferência do seu característico senso de humor e da irreverência. As manchetes e legendas, por exemplo, às vezes eram tão criativas e bem humoradas que davam outro sentido para as fotografias – as quais, por sua vez, não costumavam ser tão presentes no jornal, o que faz Ribeiro (2007) avaliar que o DC era pobre sob o ponto de vista visual. A pesquisadora ressalta ainda que o aspecto gráfico nunca foi uma preocupação do DC: sua maior ousadia foi no texto. Mesmo com o tratamento estético mais cuidadoso das páginas pelo caricaturista e diagramador paraguaio Andrés Guevara, as mudanças foram pequenas

²⁹ Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da060220021.htm>. Acesso em: 26 out. 2016.

se comparadas às transformações gráficas que aconteceram posteriormente em jornais como a Última Hora (por meio do próprio Guevara) e o Jornal do Brasil.

3.4 Da pretensão de crescimento à decadência

Em outubro de 1950, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, 15 anos após o fim do Estado Novo. Nesse seu segundo momento no poder, o nacionalismo populista foi ainda mais reforçado. O DC, que a princípio adotou uma posição de neutralidade com relação ao eleito, voltou a lhe fazer oposição, dirigindo, inclusive, ataques à Última Hora e seu dono, Samuel Wainer, que defendiam Vargas (COELHO & SILVA, 2003).

A Última Hora foi o jornal para o qual o prédio de quatro andares da avenida Presidente Vargas e todos os equipamentos da gráfica Érica, do DC, foram vendidos, um ano e meio após a inauguração. Com ações totalizando 30 mil contos, a gráfica representava a modernidade que o periódico almejava alcançar, de modo que deixasse de ser considerado um jornal pequeno. Essa venda foi consequência da vitória de Vargas: Macedo Soares era antigetulista e, portanto, não era mais possível manter os favores governamentais que até então estavam permitindo a expansão do DC (RIBEIRO, 2007). Na época, o jornal tinha 22 mil contos de dívidas com o Banco do Brasil e suas máquinas estavam hipotecadas à Caixa Econômica Federal. Ao comprar as ações, Wainer assumiu as dívidas e se comprometeu a pagar 12 mil contos em dinheiro durante certo período. O DC, por sua vez, continuaria a ser impresso na gráfica, gratuitamente, durante dois anos, como explica Gisela Goldenstein (1987) em “Do jornalismo político à indústria cultural”.

A campanha do DC contra Vargas foi intensificada com o apoio à proposta de impeachment do presidente, promovida pela UDN. Além disso, em 1954 o jornal apoiou o chamado “Manifesto dos Coronéis”, em que se pedia aumento dos vencimentos dos militares como forma de criticar ao governo.³⁰ Em meio à crise política, na madrugada de 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda, figura mais emblemática da oposição a Vargas, foi ferido e, seu segurança, morto. O chamado atentado da rua Tonelero, em Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro, teve forte repercussão na imprensa, inclusive no DC, diante dos indícios de que o ataque havia sido encomendado. A Última Hora foi a única exceção, permanecendo fiel ao

³⁰ CPDOC FGV. **Diário Carioca**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20CARIOCA.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2016.

presidente. Toda a polêmica culminou no suicídio de Vargas, no dia 24 do mesmo mês (COELHO & SILVA, 2003; LAGE et al., 2004).

Após a morte do presidente, que em 1928 foi uma das motivações para a fundação do DC, o editorial do jornal mudou de tom, “passando imediatamente a elogiá-lo e a chorar sua perda após o fatal tiro no peito. Macedo revelaria subitamente que, de certa forma, respeitava o arquirrival de tantos anos e não desejava para ele uma morte tão solitária e brutal” (COSTA, 2011, p.274). O suicídio fez com que o vice Café Filho assumisse a Presidência e, nesse cenário, o DC manteve-se neutro, esperando que alguns dos membros de sua equipe conquistassem cargos públicos no novo governo. As expectativas foram frustradas e, em 1955, o jornal começou a defender a campanha de Juscelino Kubitschek (COELHO & SILVA, 2003).

O apoio a JK nas eleições de 1955 rendeu a nomeação do redator-chefe Danton Jobim como presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) logo no ano da posse. “Eleito Juscelino, o Diário Carioca aderiu totalmente a ele. Como Pompeu [de Sousa] era movido por paixão, essa adesão foi uma coisa escandalosa, total. Discurso do Juscelino ele dava a íntegra. Eram primeira, segunda e terceira páginas com discurso do Juscelino” (ANDRADE, 2003, p.32). Contudo, a “bonificação” não foi muito além disso e as vantagens materiais esperadas nunca aconteceram. No fim do governo JK, o apoio foi para o candidato derrotado, marechal Henrique Lott (COELHO & SILVA, 2003).

Rodrigues & Faria (1995) acreditam que esse apoio a JK significou um abandono da tradição udenista do DC e pode ter sido mal recebido pelos leitores, resultando em uma troca de público e a perda de influência política, já que o jornal era conhecido por sua verve oposicionista. Essa observação dos autores pode ser corroborada ao se comparar o número de tiragens do DC, que era de 45 mil exemplares em 1951, 40 mil em 1955, e caiu para 17 mil em 1958 e 1960, como aponta Ribeiro (2007).

Até 1954, Macedo Soares conseguiu ditar a linha editorial, mas depois disso Horácio de Carvalho parece ter conduzido o jornal para uma aproximação com o governo. O DC, então, passou a acomodar-se às circunstâncias, muito em função dos benefícios pessoais que a direção recebia. Segundo alguns, Horácio de Carvalho era mais dado à negociação do que Macedo Soares, por isso, construiu uma fortuna pessoal colossal. [...] Faltava ao Diário Carioca espírito empresarial. A desorganização administrativa era sua marca principal (RIBEIRO, 2007, p.95).

No DC, eram constantes os atrasos no pagamento dos funcionários. Apesar disso, o fato de o periódico ser considerado uma “escola de jornalismo” fazia os profissionais

permanecerem nele durante certo tempo. Ainda de acordo com Ribeiro (2007), a maioria dos bons jornalistas da época começaram no DC ou passaram por ele; mas, diante da falta de condições financeiras do matutino, acabavam trocando de empresa.

Em 1961, o DC passou por uma mudança no comando. Horácio de Carvalho Júnior o vendeu a Arnon de Melo, que um ano depois vendeu a Danton Jobim. Rodrigues & Faria (1995) atribuem a um editorial de Arnon uma das motivações para a renúncia do presidente Jânio Quadros, que havia cortado os subsídios à compra de papel importado. Então, o vice, João Goulart, assumiu o Executivo no formato parlamentarista, em que os poderes do presidente são reduzidos. Pompeu de Sousa saiu do DC após publicar um editorial que não agradou a direção e tornou-se assessor do primeiro-ministro, Tancredo Neves, até o fim do parlamentarismo, em 1963. Depois, foi se dedicar ao curso de Comunicação da Universidade de Brasília.

O apoio do DC a Jango teria lhe rendido auxílios materiais, em um momento em que o jornal já enfrentava dificuldades financeiras. Enquanto isso, parte da imprensa condenava as reformas de base propostas pelo presidente, afirmando tratar-se de uma “socialização” do país. Foi a partir do golpe militar de 1964 que o DC, já enfraquecido editorial e economicamente, teve seu declínio acelerado. No ano seguinte, Horácio de Carvalho Júnior readquiriu o jornal para fechá-lo como seu titular, até rodar o último número no dia 31 de dezembro de 1965 (COELHO & SILVA, 2003).

Rodrigues & Faria (1995) consideram difícil situar o que levou à decadência do DC, além da ruptura com sua tradição liberal udenista. Um motivo pode ter sido o processo de concentração da imprensa na década de 1960, relacionado a fatores como a queda do volume de publicidade entre 1960 e 1963, a divisão das receitas publicitárias com a televisão, que ganhava cada vez mais popularidade, e os problemas com a importação de papel desde 1957, além das altas taxas de inflação. Por conta desse fenômeno, o número de jornais diários no Brasil caiu de 252 para 187 entre 1959 e 1963. Publicações populares e de classe média, como o DC, foram as mais atingidas pelo processo, enquanto aquelas direcionadas a um público com maior poder aquisitivo atraíram a maior parte dos anúncios publicitários (RIBEIRO, 2007).

Outra razão para o declínio pode estar no fato de o DC ter sido gerenciado como uma empresa amadora, ainda que fosse vanguardista em termos jornalísticos. “Horácio, empreiteiro de obras públicas além de fazendeiro e diretor de jornal, só pensava em fechar seus lucrativos negócios e fazer política, deixando a administração da redação de seu

matutino a cargo de seus ótimos profissionais” (COSTA, 2011, p.276). Na opinião de Andrade (2003), houve incapacidade gerencial, de modo que, quando as benesses governamentais acabaram, não foi possível se recuperar.

Para Ribeiro (2007), a estrutura interna do DC era caracterizada por duas orientações contraditórias. De um lado, profissionais dirigidos por Luís Paulistano, estimulados pela possibilidade de renovar a imprensa por meio da adoção dos métodos estadunidenses; de outro, o grupo que detinha o controle acionário do jornal, cujos interesses, desde sua fundação, eram sobretudo políticos, mesmo tendo surgido após as transformações estruturais da imprensa brasileira no início do século – o que ia na contramão da tendência de países capitalistas, onde o lucro era a prioridade. De acordo com a autora, o DC era uma empresa marcada pelo imprevisto; por isso, não foi capaz de capitalizar a sua renovação editorial e redacional e, assim, alcançar a almejada grandeza que apostou nas mudanças daquela década de 1950.

4. CONCLUSÃO

O objetivo inicial do Diário Carioca (DC) foi cumprido na medida em que sua influência política foi conquistada logo nos seus primeiros anos e mantida durante muito tempo. Caso contrário, a redação não teria sido empastelada em 1932 e muito menos haveria um ato de repúdio por parte da imprensa diante desse episódio. A vitória da defendida Revolução de 1930 mostrou a Macedo Soares que ele estava no caminho certo, ainda que seus resultados não tenham sido como era esperado – a Assembleia Constituinte não foi convocada de imediato e a instabilidade política permaneceu.

O DC, contudo, sempre se manteve como um jornal pequeno. Não foi capaz de adotar uma efetiva estrutura industrial que o fizesse crescer e ampliar seu alcance, nem mesmo quando sua propriedade foi transferida em 1932 para Horácio de Carvalho Júnior, um fazendeiro de certo modo desleixado com os rumos do jornal, com exceção dos momentos em que o usava com finalidades políticas. Não soube sequer administrar as benesses concedidas pelo governo ao longo de sua existência, especialmente os empréstimos do presidente Eurico Gaspar Dutra por meio do Banco do Brasil que permitiram a construção da nova sede na avenida Presidente Vargas junto com a moderna gráfica Érica, em 1950. Prova disso é que o prédio foi vendido, endividado, um ano e meio depois de sua inauguração, justamente ao jornal que o DC mais criticava pelo apoio irrestrito a Getúlio Vargas – a Última Hora, de Samuel Wainer.

A relação do DC com Vargas é algo curioso a se destacar, diante da associação que ela tem com os fatos mencionados nos parágrafos anteriores dessa conclusão e ao longo do trabalho. Ao mesmo tempo em que a candidatura do gaúcho foi amplamente defendida logo nos primeiros meses do jornal, a sua chegada ao poder em 1930 não correspondeu às expectativas de Macedo Soares e os ataques do editorialista culminaram no fatídico empastelamento. Ao longo do Estado Novo, o DC desafiou até mesmo a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante uma crise diplomática com o governo inglês. O retorno de Vargas à Presidência em 1951, por sua vez, significou o rompimento com as vantagens que o DC até então estava recebendo por meio de empréstimos estatais. Diante da ingerência financeira, não foi possível manter o prédio da nova sede e sua gráfica, que representavam a modernidade almejada pelo matutino. Desse modo, o DC começou a entrar em declínio, juntamente com perda de sua influência política,

devido às mudanças de posicionamento (como o apoio a Juscelino Kubitschek) com o intuito de conquistar cargos públicos para sua equipe.

Com Pompeu de Sousa liderando um time ao lado de Danton Jobim e Luís Paulistano, o periódico buscou criar em torno de si na década de 1950 a imagem de um jornal inovador, implementando o modelo norte-americano de jornalismo em um momento em que os Estados Unidos ampliavam sua influência no país. Porém, como pode ser visto, o DC não soube usar em seu favor as oportunidades que teve, de modo que pudesse se expandir.

A reforma do DC por meio do manual de redação e da inserção da figura do *copy desk* encontrou eco no ideário de desenvolvimento e modernidade no qual a sociedade brasileira se encontrava. Além disso, por se tratar de um jornal pequeno e conhecido pelo clima bem humorado e irreverente, o risco da implementação das mudanças era menor.

A pesquisa mostrou, contudo, que apesar da importância dessa iniciativa, o DC não “rompeu” com a influência francesa no jornalismo a partir de seu manual, confirmando a hipótese apresentada na introdução deste trabalho. Em vez de falarmos em uma “revolução”, o mais adequado é considerar que ele foi capaz de consolidar um processo de transformação que já acontecia desde o início do século XX na imprensa brasileira, quando a opinião, apesar de continuar bastante presente, começava a se separar da informação, tanto em termos redacionais quanto na disposição gráfica dos jornais. Como vimos, o fato de Sousa ter apresentado consistentemente seu ponto de vista sobre a reforma, por meio de entrevistas e textos que estão presentes nesse trabalho, contribuiu para atribuir ao seu time e ao DC a ideia da inovação, do ineditismo – afinal, a Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, já havia sido lançada com um manual de redação próprio em 1949, mas aparentemente sem muito alarde.

Foi interessante encontrar ao longo da pesquisa o título de um poema de Gregório de Matos que já tinha elementos do lide antes mesmo que ele fosse desenvolvido nos Estados Unidos. A Semana de Arte Moderna de 1922, por sua vez, antecipou toda a necessidade de concisão que ia ao encontro do leitor daquele momento – seja de romances ou de jornais –, cada vez menos ocioso e com uma vida mais dinâmica e acelerada. A analogia de Graciliano Ramos entre o ato de escrever com o ofício das lavadeiras de Alagoas mostra que as estratégias redacionais já passavam por mudanças no Brasil quando ainda não se falava de lides e pirâmides invertidas por aqui. Portanto, se por um lado a presença de literatos nas redações estimulava a permanência do nariz de cera como forma de exercerem

seu estilo, por outro os jornalistas e escritores modernistas como o próprio Graciliano, Carlos Drummond de Andrade e Oswald de Andrade iam na contramão desse tipo de narrativa.

A influência dos Estados Unidos, aliás, não se deu simplesmente devido a uma devoção dos brasileiros pelo jeito americano de ser. O I Congresso Pan-americano de Jornalismo, em Washington, em 1926, mostrou o interesse que os estadunidenses tinham de propagar seus modelos naquele período entre guerras, como forma de dominação cultural. Na Segunda Guerra Mundial, iniciativa parecida aconteceu por meio do OCIAA de Nelson Rockefeller, que por sua vez levou Pompeu de Sousa para trabalhar durante cerca de dois anos nas rádios do país.

Vale ressaltar ainda os contornos peculiares da adoção das técnicas estadunidenses no Brasil. O *sublide*, cuja criação é atribuída a Luís Paulistano, não existia até então. O *copy desk*, por sua vez, ganhou um caráter regulador, de modo a assegurar o cumprimento das normas do manual – o que, no DC, não aconteceu em sua plenitude, já que a criatividade e as ironias continuaram presentes mesmo em meio ao ideário de objetividade.

Esta pesquisa aponta para um posterior estudo sobre os contornos que o jornalismo brasileiro ganhou a partir da segunda metade do século XX. Cabe investigar de que modo os manuais de redação foram introduzidos nos periódicos a partir de então. Afinal, se nos Estados Unidos os *style books* eram um fator determinante para a diferenciação das publicações, será que os manuais tiveram o mesmo protagonismo no Brasil? Outra análise válida seria identificar como o jornalismo literário tem trazido de volta o nariz de cera, visando a alcançar nichos específicos de público, como a revista Piauí, em meio à crise atravessada pela profissão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu**, Rio de Janeiro, v.10, n.20, p. 100-115, jan./jun. 2010.

_____. Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. **ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 95-116, ago./dez. 2008.

_____. O copy desk e o diploma: a retórica do profissionalismo como “purificação moral” no jornalismo brasileiro. *In*: LOPES, Fernanda Lima; SACRAMENTO, Igor (orgs.). **Retórica e Mídia: estudos ibero-brasileiros**. Florianópolis: Insular, 2009. p. 279-289.

ANDRADE, Evandro Carlos. Entrevista a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman em 29 de outubro de 1997. *In*: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (orgs.). **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 21-67.

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**, Porto Alegre, v.12, n.2, p. 215-234, jun./dez. 2006a.

_____. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, v.20, n.2, p. 87-102, jul./dez. 1997.

_____. Jornalistas, “senhores da memória”? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PUC-RS, 2006b.

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Ática, 1995. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000157.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2016.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, Campinas, v.18, n.1, p. 22-43, jun. 2012.

CAPRINO, Mônica Pegurer. Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, ano 23, n.37, p. 96-113, jan./jun. 2002.

CHALABY, Jean. O jornalismo como invenção anglo-americana: comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). **Media & Jornalismo**, n.3, p. 29-50, 2003.

COELHO, Andrea; SILVA, Anette. **Diário Carioca: o máximo de jornal no mínimo de espaço**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003.

COSTA, Cecília. **Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

COSTA, Cristiane Henriques. **Escritores jornalistas no Brasil – 1904/2004**. Rio de Janeiro, 2004. 390 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Curso de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

DAVID, Hadassa Ester. A objetividade no jornalismo: aspectos da história do conceito. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 11., 2013, Brasília.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

GUIMARÃES, Lígia et al. Processo de produção jornalística: do nariz de cera ao lead nos jornais de São Luís. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 29., 2006, Brasília.

HEMEROTECA DIGITAL. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 nov. 2016.

JOBIM, Danton. **Espírito do Jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

LAGE, Nilson; FARIA, Tales; RODRIGUES, Sérgio. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v.1, n.1, p. 132-144, jan./jun. 2004.

LEAL, Maria de Jesus Daiane Rufino. Os jornais do Rio de Janeiro nas décadas de 40 e 50. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, 14., 2009, São Paulo.

MACHADO, Izamara Bastos. A reforma do Diário Carioca na década de 50. *In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO*, 1., 2003, Rio de Janeiro.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MELO, José Marques de. Gilberto Freyre, criador do primeiro manual de jornalismo do Brasil. **Imprensa**, São Paulo, n.147, p. 78-79, abr. 2000.

_____. Gilberto Freyre: modernizador precoce da imprensa brasileira. *In:* _____ (org.). **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005a. p. 201-206.

_____. La formación del periodista. **Chasqui**, Quito, n.68, p. 34-39, dez. 1999.

_____. O pioneirismo de Danton Jobim na pesquisa jornalística brasileira. **Contracampo**, Niterói, n.12, p. 7-22, 2005b.

MENDEZ, Rosemary Bars. Pompeu de Sousa: jornalista, professor e político. *In:* ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 6., 2006, Brasília.

NEVEU, Erick. **Sociologia do jornalismo.** São Paulo: Loyola, 2006.

PETRARCA, Fernanda Rios. Construção do Estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n.35, p. 81-94, fev. 2010.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. *In:* ENCONTRO NACIONAL COMPÓS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 14., 2005, Niterói.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 50. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande.

_____. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50.** Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

_____. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos, Mídia**, Rio de Janeiro, n.31, jan./jun. 2003a.

_____. Memórias de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50. *In:* FRANÇA, Vera *et al.* (orgs.). **Livro do XI Compós 2002: estudos de comunicação ensaios de complexidade 2.** Porto Alegre: Sulina, 2003b. p. 285-299.

_____. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. *In:* NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.** Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006. p. 426-435.

RODRIGUES, Sérgio; FARIA, Tales. **Reforma no Diário Carioca: revolução na imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da UFRJ, 1995.

SALGADO, Aline Silva. **De cronista a testemunha da História: a reconfiguração do papel do repórter no jornalismo dos anos 40.** Rio de Janeiro, 2009. 57 f. Monografia (Graduação em Comunicação) – Curso de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora:** a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Marco Antônio Roxo. A condenável retórica do nariz de cera e o diploma de jornalismo. *In:* LOPES, Fernanda Lima; SACRAMENTO, Igor (orgs.). **Retórica e Mídia:** estudos ibero-brasileiros. Florianópolis: Insular, 2009. p. 257-278.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **O texto nos meios de comunicação:** técnica de redação. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Pompeu de. A chegada do 'lead' ao Brasil. **Revista de Comunicação,** Rio de Janeiro, ano 8, n.30, p. 24-29, nov. 1992.

_____. Era uma vez o nariz de cera. **Revista de Comunicação,** Rio de Janeiro, ano 2, n.7, p. 22-25, 1986.

TALESE, Gay. **O reino e o poder:** uma história do New York Times. 2ª ed [tradução de Pedro Maia Soares]. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TINHORÃO, José Ramos. O máximo de notícia no mínimo de espaço. **Revista de Comunicação,** Rio de Janeiro, ano 2, n.7, p. 24, 1986.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

VANNUCCI, Karine Claussen. **O jornalismo de Nelson Rodrigues:** a crônica como espaço de intervenção no mundo social. Niterói, 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Curso de Comunicação, Universidade Federal Fluminense, 2004.

WALTZ, Igor. **O jornalista em tempos de internet:** considerações sobre identidade e práticas profissionais na comunicação em rede. Rio de Janeiro, 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Curso de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

6. ANEXOS

Anexo I - Ofertaram ao sr. Washington um lindo revolver que tem um nome symbolico.

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 6 fev. 1929, n. 176, p.1.

OFFERTARAM AO SR. WASHINGTON UM LINDO REVOLVER QUE TEM UM NOME SYMBOLICO

Armado com um "Strong Arm", o braço forte do presidente dominará o mundo

A fama de que o sr. Washington Luis é um sportman múltiplo e perfeito já se irradiou pelos palcos.

Na Argentina, por exemplo, o nosso eminente barbaudo que os jornais portenhos teimam em chamar de "Dr. Pereira de Souza", é conhecido como um atrador dos mais ágeis e seguros da America do Sul.

Acreditam que o chefe do Estado brasileiro tem um golpe de vista infallível, que lhe permite, na hypothese de um concurso continental, bater o "record" do tiro ao alvo.

E não é errado esse juízo. Sabemos que, nesses últimos dias do seu retiro espiritual, em Petropolis, s. ex. suspendeu um despacho da pasta da Viação, para disputar uma prova com o sr. Victor Konder, servindo de alvo o palheta novo deste titular.

Nessa prova, a cartucho sem fumaça, coube a victoria ao sr. Washington, que fez 83 furos no chapéu do joven ministro, quasi todos nas abas...

Não ha duvida que, no momento do perigo, poderemos contar com o chefe do Estado firme na trincheira.

Mas, o que queremos noticiar aqui não são os triumphos de pontaria do nosso "barbaudo". Vamos transmitir ao publico brasileiro uma novidade mais interessante, mais palpitante mesmo: o sr. Washington Luis vai receber de presente um esplendido revolver. A iniciativa é de um industrial argentino.

Encontramos a noticia, ilustrada com o "cliché" da arma que reproduzimos aqui, na "Critica", de Buenos Aires. É um typo oscilante "Strong Arm" (braço forte?), calibre 38, cargas duplas, gravado em ouro sobre aço. Um mimo principesco.

Nas rodas politicas, já se murmura tambem a respeito da offerta symbolica. E dizem que o sr. Washington pretende, vencendo a candidatura presidencial do "Dr. Bico de Lacre", ao transmitir-lhe o poder, depor igualmente em suas mãos a lembrança que tem, em inglez, o suggestivo lemma politico: "Strong Arm".

Isto para que o rubicundo successor não esqueça nunca aquelle symbolo de luta, nem se afaste jamais da trilha riscada... Tem que ser de cabresto!...



Anexo II - Diário Carioca, Rio de Janeiro, 15 nov. 1928, n. 105, p.2.



Por causa duma criança

Quando Ramon Franco veiu ao Brasil, no seu lindo vôo de Cadiz ao Rio de Janeiro, trouxe como seu mecânico, Pablo Rada.

Se já não eram amigos, os perigos e a gloria conquistada foraram os laços de aço que para sempre os uniram.

De volta á bella Hespanha, um dia entraram juntos no movimento revolucionario de Jaca.

Presos, processados, livres, emfim, por occasião da proclamação da Republica

Agora surge entre a esposa do primeiro e a do segundo, uma luta curiosa e emocionante por causa do filho de Pablo Rada.

E' que o sympathico aviador se separou de sua senhora, ficando em seu poder o filho do caso!

Provavelmente, por não ter mãe nem irmão, Rada entregou-o á senhora Ramon Franco, para criá-lo.

A mãe do menino não se conformou com a separação do filho e ha cerca de um mez, em Iran, tentou raptá-lo.

Não o poudo fazer, entretanto, por ter a senhora Ramon Franco conseguido levar o pequeno Pada para Sevilha, indo depois para San Sebastian.

Foi nessa cidade que a desolada mãe poudo, agora, realizar o seu intento, servindo-se para esse fim dum automovel.

A senhora Ramon Franco queixou-se ao juiz, que exigiu, para intervir no caso, a autorização escripta de Pablo Rada encarregando-a da guarda e assistencia do seu filho.

Não tendo obtido o apoio da Justiça, a senhora Ramon Franco, parece, pretende recuperar o

filho do amigo de seu marido pelo mesmo processo.

De sorte que, doravante, essas duas senhoras vão passar a vida numa luta com o mesmo objectivo.

Uma quer a posse do seu filho, a outra não quer perder a criança que lhe foi entregue, não deseja mostrar-se pouco cuidadosa.

Quem, sem interesse na disputa do pequeno Rada, tiver de opinar, sobre o caso, não pode deixar de reconhecer que andou bem o juiz.

Ninguem tem mais direito a uma criança do que sua propria mãe.

Este caso sensacional, pelas pessoas nelle envolvidas, faz-me lembrar um outro parecido, que occorreu em Londres, na meza ou menos dezoito annos.

Era tambem uma mãe, que reivindicava a posse duma filha, menina de quatorze annos, que quando pequena ella, por motivo de difficuldades financeiras, tinha dado para criar a uma senhora rica.

Passados annos, a sua situação melhorou, e ella reclamou a filha, allegando que nunca desistira do seu direito.

O juiz exigiu o documento que provasse essa desistencia, ou então, a perfillhação por parte da senhora que criara a menina.

Como não havia o primeiro não fora feita a segunda, o juiz decidiu que a menina fosse entregue á sua verdadeira mãe, deixando a casa de sua mãe adoptiva, que esquecera de legalizar a sua adopção.

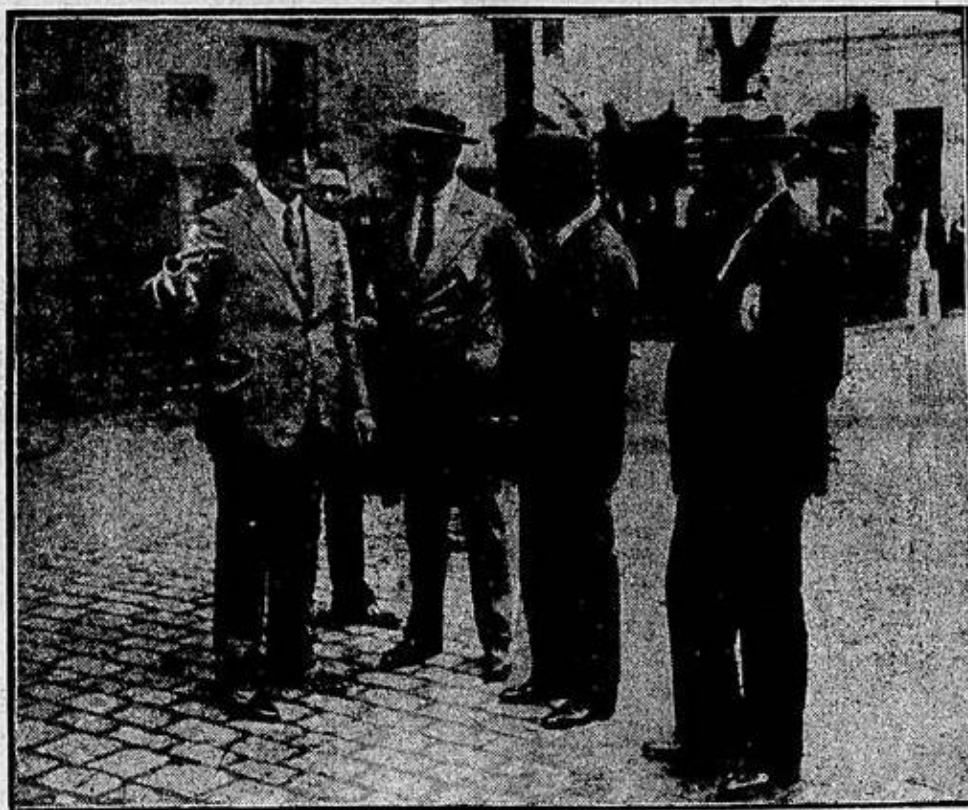
Assim é o mundo; uns sem mãe e outros com duas.

ALMIR FERREIRA.

Anexo IV - Victima de um ligeiro resfriado que lhe tirou o apetite, o presidente achou inutil descer de Petropolis. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1929, n. 207, p.1.

VICTIMA DE UM LIGEIRO RESFRIADO QUE LHE TIROU O APPETITE. O PRESIDENTE ACHOU INUTIL DESCER DE PETROPOLIS

Providencias na Saude Publica para substituir o sr. Washington na mesa do almoço



Os srs. Vianna do Castello, Prado Junior e Clementino Fraga preocupados com a substituição do sr. Washington Luis, no succulento almoço de hontem

S. ex. marcara para hontem uma nova fugida, ás tranquillidades do veraneio. Viria completar sua visita á Saude Publica, percorrendo, agora, o edificio onde está instalado o Departamento, á rua do Rezende.

Lavagens matutinas, escovações, aprestos, azafama incansavel.

Ambulancias que entravam, ambulancias que saiam, pessoal que corria para um lado, que saltava para outro, tudo numa diligencia impressionante do que são os serviços naquella casa.

Mas inutilmente... O homem não appareceu. Retivera-o um começo de defluxo, um resfriado não bem accentuado ainda, mas perigoso de se agravar com uma descida de Petropolis, onde a chuva caira fortemente pela madrugada.

O SR. VIANNA DO CASTELLO

Foi o ministro do Interior que levou essa noticia quando um pouco antes da hora aprazada para a visita do presidente fez a sua "entrêe" na Saude Publica.

Já ali se achavam o sr. Clementino Fraga, altos funcionarios do Departamento, jornalistas, etc., todos aguardando a chegada presidencial.

Foi um pouco decepcionante a noticia que logo se espalhou pela casa e que teve o poder de ir amolecendo aquella azafama em que decorriam os trabalhos, no pateo e demais dependencias, voltando tudo á sua normalidade.

— O homem, então, não vem — commentava um mata mosquito, mirando, desanimado, o aplomb em que lhe caia a calça do uniforme.

E o outro, falando-lhe ao ouvido, confidenciava:

— Tambem o director nem preparou um almoço!...

— Não senhor — emendou o outro — estava preparado um lunch.

Havia champagne, amendoim paulista e muitos doces!

O SR. PRADO JUNIOR

Mas nesse instante, um flamante automovel penetrava no pateo, obrigando os mata mosquitos a se perfilarem em continencia.

Era, porém, o sr. Prado Junior que chegava.

Subiu immediatamente, acompanhado das pessoas que o foram receber.

— E o presidente? — indagou penetrando no gabinete do director do Departamento.

— Avisou que não viria.

— Então perdemos o almoço!...

— Ah, lá isso não — contestou o sr. Vianna do Castello — nós poderemos ir até lá.

— Então precisa arranjar mais gente porque não indo o presidente vai sobrar muita coisa.

CONVERSAS

Reunidos, puzeram-se os presentes a discreitar falando do saneamento da cidade, das enxurradas, da canalização e limpeza de rios que descem das montanhas e que alagam a urbs.

O sr. Prado Junior estendeu sobre a mesa do sr. Fraga um mappa em que se demonstravam estudos e projectos da Prefeitura, tentando corrigir todos esses males que affligem o Districto Federal e que cooperam tão sensivelmente para a sua insalubridade.

O prefeito disse de seus planos e das obras que tencionava realizar, corrigindo as causas daquelles. Estava finda a visita.

— Mas já vão partir tão cedo? — indagou o sr. Clementino Fraga — Não vamos percorrer o Departamento?

— Não — respondeu o sr. Vianna do Castello — vamos procurar os convivas que faltam ao almoço.

Anexo V - Justificadas apreensões dos produtores de café, deante do plano de valorização.

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 17 jul. 1929, n. 300, p.1.

Justificadas apreensões dos produtores de café, deante do plano de valorização

São Paulo, 14 — (Do correspondente)

Quem quiser colher noticias seguras sobre o modo de pensar dos fazendeiros de café não deve frequentar as Associações de classe, e sim ouvir os lavradores que se agrupam discretamente nos cantos dos salões do Club Commercial, depois de sua fusão com o tradicional "Club São Paulo".

Passamos, hontem, algumas horas ouvindo ora um, ora outro destes homens respeitáveis pela sua fortuna, ou pela sua notoria experiencia. Quão diferente era a linguagem delles ha um anno atrás!

E' sabido que as primeiras "valorizações" de café foram feitas, ora pelo Governo da União, ora pelo governo

de São Paulo, sempre a custa do erario publico, e em beneficio immediato da lavoura cafeeira, e mediato da collectividade, pois, o café fornece cerca de oitenta por cento da produção brasileira exportavel.

A "valorização" actual está sendo feita a custa dos proprios fazendeiros de café, com uma pequena ajuda financeira do governo.

Os lavradores acceitaram de bom grado o encargo pesadissimo de custear sua produção, e em seguida entregal-a aos Armazens Reguladores, sem saber quando poderão vendel-a.

Até o começo do presente anno o moral dos fazendeiros de café era excellent. Ao se approximar, porém, a colheita

em curso sem que tivessem vendido um grão sequer da safra de 1928, nasceu a primeira desconfiança...

A permissão dada pelo Instituto de Café de se substituirem os typos baixos por outros de melhor qualidade, fez recolher aos Armazens Reguladores de Santos cerca de meio milhão de saccas. Esperavam os lavradores que o governo financiase esses cafés baixos retirados do mercado. Ha dois mezca o Secretario da Fazenda está estudando o caso, e até agora não encontrou solução adequada. Um amigo pessoal de sua excellencia dizia-me hontem que o governo de S. Paulo estava certo que ao Banco do Brasil caberia financiar estes cafés baixos retidos agora em Santos. Se o sr.

Julio Prestes fór indicado unanimemente, está claro que ninguem duvidará que esta é a melhor solução! Por enquanto, porém, a recusa do Instituto, de financiar estas quinhentas mil saccas de cafés baixos, creou a primeira duvida séria no espirito dos fazendeiros...

O balanço do Banco do Brasil, hontem divulgado, acusando uma baixa de 805 mil contos, desapontou os mais credulos, e abriu a primeira brecha no bom humor dos fazendeiros...

A psychologia dos lavradores de café precisa, agora, ser melhor apreciada pelo governo de S. Paulo. O candidato optimismo de hontem transformouse, não diremos ainda em derrotismo, mas seguramente em evidente pessimismo.

Anexo VI - Eliminou-se tragicamente, arrebrandando o craneo com um tiro de pistola, um industrial. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 28 fev. 1929, n. 192, p.3.

ELIMINOU-SE TRAGICAMENTE, ARREBENTANDO O CRANEO COM UM TIRO DE PISTOLA, UM INDUSTRIAL

Desde ha uns dez dias, quando por fatalidade perdeu seu dedicado amigo e sogro, o negociante, Mauricio Abitebul, antigo industrial, Maurice Azuz, de cor branca, argellano, com 38 annos de idade, casado, industrial, residente á rua Araujo Penna n. 55, se mostrou profundamente acabrunhado, parecendo que a morte do sogro, que sempre o soccorria em momentos difficéis, lhe viera acarretar sérios embaraços na sua carreira mercantil.

Sua esposa, a sra. Abitebul Azuz, que sempre o vira alegre e folgassão, ultimamente, com estranhese, sempre o via acabrunhado e nervoso.

Ante-hontem, esse estado de excitação augmentou consideravelmente. Nem mesmo o menino Wilson, o unico filhinho do casal, que era o seu enlevo lhe proporcionava distração.

A esposa observando-o e notando-lhe a preocupação, interpelou-o. Soube então, pelo que lhe disse o marido que estava assoberbado com um compromisso muito sério, cujo vencimento fatal tinha hoje logar.

E dito isso calu em grande desanimo. Pela manhã de hontem, aparentemente mais calmo, Maurice salu para o seu negocio, e a esposa, como de habito dirigiu-se á residencia de sua genitora, recentemente viuva, afim de fazer-lhe companhia.

Mais tarde, por volta das 13 horas, Maurice Azuz, dirigindo o automovei particular n. 7266, de sua propriedade, regressou á casa, onde apenas encontrou o pequenino Wilson e as serviços domesticas Angelina e Carolina Candida de Lima.

No primeiro pavimento entreteve-se elle, por instantes, a brincar com o filhinho Wilson, subindo depois aos dormitorios, onde disse, la vestir o colete.

Depois de vestir-se pediu á Angelina um pente e porque essa domestica lhe houvesse informado que o pente se achava no banheiro, ali entrou Maurice, trancando-se.

Momentos após ouviram-se duas detonações seguidas.

As criadas, surprehendidas, correram ao banheiro, e, arrombando a porta, depararam com um quadro horrivel.

Maurice, tendo ainda na mão direita uma pequena pistola, muito nova, estava cahido ao lado da banheira, apresentando na metade direita da região frontal, um ferimento de onde jorrava muito sangue.

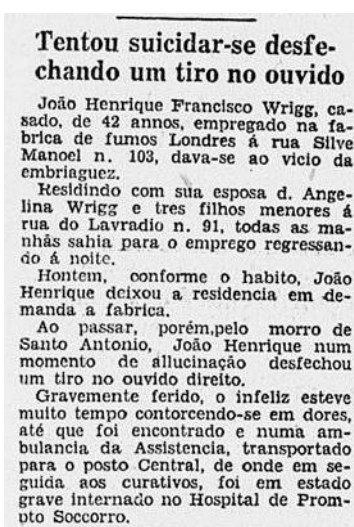
Vivia ainda. Pediram logo os soccorros á Assistencia, sendo, igualmente, communicada á policia a tragica occurrencia.

Removido em ambulancia para o Posto Central da Assistencia, Maurice, já sem fala, após os soccorros de urgencia, foi internado no Hospital de Prompto Soccorro.

Alli, á tarde, veio o tresloucado industrial a fallecer apesar dos esforços empregados.

A senhora Dóra Abitebul Azuz, regressando á casa ao ter noticia da tragica occurrencia, soffreu rude golpe com a desgraça que tão funndo a feriu em seu coração de esposa amantissima.

Anexo VII - Tentou suicidar-se desfechando um tiro no ouvido. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 out. 1929, n. 385, p.5.



Anexo VIII - Regras de Redação do Diário Carioca

Instruções gerais

Escrever sempre à máquina, de um só lado da folha, no papel padronizado e em espaço dois. Começar todas as matérias no meio da folha, numerando, no alto, cada folha. Deixar uma margem de dois centímetros em cada lado da uma, e escrever em cada folha 30 linhas. Escrever uma palavra ou frase representativa do conteúdo da matéria (retranca), no alto da primeira folha imediatamente abaixo do nome do autor. Usar a palavra “continua”, entre dois parênteses, ao fim de todas as folhas, exceto a última. Usar símbolo X para significar conclusão da matéria e acrescentar X ao número da última folha. Não começar parágrafo novo na última linha da folha.

Redação

- Ocupar o primeiro parágrafo das notícias com:
 - um resumo conciso das principais e mais recentes informações do texto, esclarecendo o maior número das seguintes perguntas relativas ao acontecimento: o quê?, quem?, onde?, como?, e por quê?; ou:
 - um aspecto mais sugestivo e suscetível de interessar o leitor no acontecimento.
- Só compor de modo diverso o primeiro parágrafo em casos de matérias muito peculiares em que o elemento pitoresco, sentimental ou de surpresa o exija.

- Ordenar o desenvolvimento do resto da notícia pela hierarquia da importância e atualidade dos pormenores.
- Usar parágrafos curtos e evitar palavras desnecessárias, qualificativos, principalmente, tendenciosos, e frases feitas. Só excepcionalmente usar períodos com mais de quatro linhas datilografadas.
- Não começar períodos ou parágrafos sucessivos com a mesma palavra.
- Não usar repetidamente a mesma estrutura da frase.
- Evitar palavras chulas e expressões de gíria não incorporadas à linguagem geral, assim como termos preciosos e frases de conteúdo puramente sensacionalista.
- Ler sempre a própria matéria antes de entregá-la, a menos que o tempo não permita.
- Ler a matéria depois de publicada e reparar nas alterações feitas.
- Em qualquer dúvida, consultar dicionários, enciclopédias ou outras fontes de referência.
- Evitar fórmulas e expressões genéricas sempre que se disponha de informações e pormenores precisos.
- Nos editoriais, partir sempre do acontecimento ou do dado concreto para o comentário. Comentar, de preferência, em cada editorial, um único assunto ou um aspecto comum de mais de um assunto.

Cabeças

- Contar as unidades gráficas dos títulos (em alguns casos, também de certos subtítulos), de acordo com os padrões estabelecidos.
- Não cortar palavras e, de preferência, não cortar frases de uma linha para outra.
- De preferência, afirmar ou negar no título, evitando ambiguidade da expressão.
- Variar a ordem das sentenças entre os títulos e os subtítulos de uma mesma “cabeça” e entre diversos títulos de uma mesma página.
- Evitar abreviaturas, exceto de uso muito corrente.
- Resumir a matéria ou destacar seu aspecto principal ou mais sugestivo.
- Conter o máximo de informação.
- Evitar palavras desnecessárias (especialmente adjetivos) e frases feitas.
- Conter um verbo, explícito ou implícito; de preferência, na voz ativa no presente ou no futuro.
- Nunca repetir palavras numa mesma “cabeça”; a não ser para efeitos especiais.
- Reduzir o emprego do artigo ao estritamente necessário.

- Evitar fórmulas e expressões genéricas sempre que se disponha de informações e pormenores precisos.
- Refletir o tom da matéria.

Números

- Escrevê-los com letras de um a dez; com algarismos de 11 em diante.
- Substituir os zeros de números redondos a partir de cem, pelas palavras cem, mil, milhões, bilhões, trilhões etc.
- Usar algarismos para: data, horas, endereços, somas em dinheiro de enunciado muito extenso, resultados de competições esportivas ou eleitorais, telefone, temperaturas, tempo em corridas ou disputas esportivas, licenças de veículos, latitudes e longitudes, votos, rateios de apostas, idades, porcentagem, distâncias e dimensões.
- Não usar algarismos em começo de período.
- Evitar, o quanto possível, algarismos nas “cabeças” de matéria.
- Quando se tratar de uma seriação numérica escrever todos os números com algarismos.
- Escrever com algarismos todos os números em estatísticas e tabulações.
- Escrever com letras as frações, exceto quando precedidas de algarismos.

Tratamento

- Preceder os nomes próprios de pessoas salvo nas “cabeças” e legendas pelas abreviaturas “sr.,” “dr.,” “sra.” e “d.” Exceção para as figuras históricas e aquelas cuja notoriedade o dispense, a juízo dos elementos da direção.
- Omitir estas abreviaturas sempre que o nome venha precedido de algum título honorífico, hierárquico ou de função.
- Restringir aos médicos, quando no exercício de sua função, o título de “dr”.
- Usar por extenso o nome usual das pessoas quando apareçam pela primeira vez numa matéria, permitindo-se, nas vezes subsequentes, o emprego apenas de sua parte mais característica. Exceção para as figuras históricas e as de notoriedade reconhecida pelos elementos da direção.

Maiúsculas

- Usar maiúsculas:
 - nos nomes próprios em geral;

- nas regiões e divisões político-geográficas, quando usadas como nomes próprios;
 - nos títulos de função, apenas quando figuram em vez ou depois dos nomes próprios: “O Presidente da República”, ou “o general Eurico Dutra, Presidente da República”, mas “o presidente Eurico Dutra”;
 - nas primeiras e principais palavras dos títulos de livros, peças de teatro, fitas de cinemas, conferências, artigos de períodos em geral etc.;
 - nas denominações de atos legislativos: “Código Civil, Lei de Imprensa, Lei de Segurança”;
 - nos nomes dos órgãos do poder público federal, estadual ou municipal, assim como nos das repartições e entidades públicas e particulares em geral;
 - nos pontos cardeais, quando designem regiões do mundo ou do país: “as nações do Ocidente, as secas do Nordeste”;
 - nos nomes de institutos de ensino e de cursos regulares, mas não nos de matérias: “Faculdade de Filosofia”, “Curso de Física”, mas “física”; nos designativos Vice, Sub-etc.— quando ligados a títulos de função em maiúsculas (nunca, porém, o designativo ex-);
 - no designativo Assistente, quando suceda ao substantivo do título da função: “Secretário de Estado Assistente”, mas “assistente do Secretário Geral”.
- Não usar maiúsculas:
 - nos nomes auxiliares, quando não integrem o nome próprio: “o colégio La Fayette”, mas o “Instituto Lafayette”;
 - nas abreviações, exceto quando constituídas por iniciais;
 - nos nomes de estudos em geral;
 - nos nomes científicos de plantas e animais;
 - nos nomes comuns que foram originalmente nomes próprios ou deles derivam: “ampere-byroniano”;
 - nos nomes de acidentes geográficos, desde que não façam parte o nome próprio: “restinga de Marambaia”, mas “Cabo Frio”;
 - nas expressões “em exercício”, “interino” ou outras que indiquem circunstância eventual do título de função.

Abreviações (em caso de dúvida, não abreviar)

- Abreviar:
 - os títulos dr., prof., Excia., S. S.(Sua Santidade), sr., sra., d., mme., mlle., (nos demais, só em “cabeças”), apenas quando seguidos do nome próprio respectivo;

- n. (número) quando seguidos imediatamente de algarismos;
- S. apenas quando a forma for São, nunca quando for Santo: “S. Paulo”, mas não “S. Agostinho”;
- & apenas em nomes de firmas comerciais;
- designações comuns de pesos e medidas quando ocorram repetidamente na matéria; nomes de partidos políticos, de repartições ou entidades que se tenham tornado mais conhecidos pela abreviatura que pelo nome por extenso;
- jr.: quando usado em seguida ao nome;
- ap. (apartamento): apenas nos endereços.
- Não abreviar:
 - a palavra cruzeiro, exceto em tabelas;
 - pontos cardeais, exceto quando integrando uma indicação numérica;
 - nomes de cidades, estados ou países, exceto URSS, EEUU ou EUA., este último apenas em “cabeças” ou seguido a um nome de cidade ou estado;
 - Rua, Praça, Avenida — exceto em citações completas de endereço;
 - endereços: Suprimir a indicação “n.”. e indicar, sempre que necessário, o bairro: Praça Eduardo Rego, 28, Grajaú”.

Pontuação

- Vírgula:
 - Usá-la, mesmo em título, sempre que o sentido seja dúbio e a vírgula o esclareça.
 - Para separar vocativos, títulos e apelidos, quando estes sucedam o nome.
 - Quando um adjunto adverbial inicia uma oração separá-lo do que se segue com uma vírgula.
 - Quando uma oração terminada em verbo venha imediatamente seguida, por outro verbo, ou advérbio modificando o verbo, separá-los por uma vírgula: “o que quer que seja, serve”, ou “o que seja, não serve”.
 - As intercalações em geral serão encerradas entre vírgulas — salvo as muito extensas, nas quais se usarão traços.
 - Usar vírgulas entre as partes de sentenças compostas que não se liguem por partículas de ligação.
 - Usá-las nas enumerações em geral.

- Não usá-las nas expressões numéricas escritas por extenso: “Mil quinhentos e vinte e dois”; e não “Mil quinhentos, e vinte e dois”.

- Usá-las separando sucessivos adjetivos ou advérbios que modifiquem a mesma palavra na frase.

- Usá-las nos resultados de quaisquer pleitos: “Botafogo, 5; Vasco, 2”; “Milton Campos, 5.235.672; Ademar de Barros, 2.321.473”.

• Ponto e vírgula:

- Usá-los entre orações coordenadas não separadas por conjunções quando o uso da vírgula se preste a ambiguidades.

- Em todas as enumerações em que haja vírgulas no interior das partes enumeradas: “sr. Otávio Tirso, senhora e filhos; sr. Jacinto de Thormes e senhora”.

- Para separar os concorrentes no resultado de uma disputa: “Botafogo, 4; Fluminense, 1”.

• Dois pontos:

- Usá-los para introduzir uma citação direta.

- Para introduzir uma enumeração: “Os vitoriosos foram: Botafogo, América, etc.”.

- Para introduzir uma resolução: “Resolve: ...”

• Traço:

- Usá-lo em todas as citações diretas de entrevista.

- Entre o nome do entrevistado e sua declaração, toda vez que se trate de uma sucessão de entrevistas breves: “José Lira — Nada tenho a declarar”.

- Em todas as passagens dialogadas, precedido da indicação nominal do interlocutor apenas e sempre que se trate de mais de dois interlocutores.

- Usá-lo para indicar uma expressão interrompida: “Acho que — ...”

- Para interromper uma citação direta: “A questão — prosseguiu o entrevistado — é sobretudo...”

- Para indicar intercalações mais fortes que as das simples vírgulas.

- Usá-lo antes da parte final de uma oração longamente interrompida por intercalação: “As forças que combateram a noroeste da cidade e asseguraram a posse da mesma na luta — foram agora retiradas para a retaguarda”.

• Parênteses:

- Evitar o parêntese.

- Quando usá-lo, pontuar o restante do trecho como se o parêntese e a expressão nele contida não existisse.

- Usá-lo para indicar sumariamente o partido, o estado de um congressista, um político etc.: “Afonso Arinos (UDN Minas)”.
- Para dar indicações explicativas estranhas ao texto de uma citação.
- Usar meio parênteses: ao enumerar, com algarismos ou letras, as partes de uma enumeração: “os principais assuntos examinados foram 1º) o equilíbrio orçamentário”.
- Ponto:
 - Nas “cabeças” (substituí-los, nesse caso por ponto-e-vírgula ou por traço).
 - Nas legendas de um único período.
 - Nos milhares indicativos do ano.
 - Nas numerações de parágrafos.
 - Nos algarismos romanos.
 - Nas letras usadas em fórmulas.
- Usá-lo:
 - Em todas as abreviaturas, exceto as de instituições mais conhecidas pelas iniciais que pelo nome: Saps, Sesc.
 - No final de uma expressão entre parênteses, desde que esta represente um período completo: “(Outras notícias na página 5)”.
 - Fora do parênteses, quando o período termina por uma expressão entre parênteses: “...uma vez que se tratava de morte natural (de acordo com a versão da polícia)”.
 - Usar reticências para indicar omissão de uma matéria implicitamente citada.
- Aspas
 - Usá-las:
 - Em todas as citações diretas, salvo quando estas venham indicadas por traços.
 - Nos títulos de livros, quadros, estátuas, peças de teatro, conferências, artigos de periódicos em geral, músicas etc.
 - Omiti-las:
 - Nos nomes de personagens, nos apelidos de pessoas, assim como no nome de animais em geral.
 - No começo de cada parágrafo de uma citação, mas no fim apenas do último parágrafo.
 - No emprego de palavras em significados que não os correntes, nas gírias não incorporadas à linguagem geral, nos apelidos ou em palavras de ocasião pela primeira vez usada na matéria, dispensando-se as aspas nos aparecimentos subsequentes.

